

## Parte IV - Trabalho e Trabalho em Saúde

7 - Trabalho e sujeito revolucionário: a classe operária

Sergio Lessa

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LESSA, S. Trabalho e sujeito revolucionário: a classe operária. In: MATTA, GC., and LIMA, JCF. orgs. *Estado, sociedade e formação profissional em saúde: contradições e desafios em 20 anos de SUS* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, pp. 249-311. ISBN: 978-85-7541-505-4. Available from: doi: [10.7476/9788575415054](https://doi.org/10.7476/9788575415054). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/v4fx5/epub/matta-9788575415054.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

PARTE IV



TRABALHO E TRABALHO EM SAÚDE

## TRABALHO E SUJEITO REVOLUCIONÁRIO: A CLASSE OPERÁRIA

*Sergio Lessa*

### UM POUCO DE HISTÓRIA

Apesar de termos trocado de século já há quase uma década, continuamos na inércia da segunda metade do século XX. Aquilo que para Eric Hobsbawm pareceu ser um breve século (iniciado com a Revolução de Outubro, em 1917, e findo com a queda do Bloco Soviético, a partir de 1989) talvez termine por se revelar um século muito longo: não há indícios de que uma virada histórica esteja no horizonte.

A crise que culminou com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) fora o resultado do crescimento econômico – para os padrões de então – assustador nas três décadas anteriores. Essa mesma tendência se mantém: as novas condições históricas que tornaram viáveis a generalização dos métodos de gerência de mão-de-obra e de novas tecnologias que serão típicos do fordismo (Cf. Márcia Leite, 1989) conduzem à crise de 1929, esta desemboca na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, depois, em uma seqüência de revoluções que praticamente não se interrompe até o final dos anos de 1970 (Guerra da Coréia; derrota francesa seguida da intervenção e da derrota norte-americana no Vietnã; Revolução Argelina e Cubana que foram precedidas pela vitória do Exército Vermelho na China; guerrilhas anti-coloniais na África que marcaram o fim do Império Português; a ‘manutenção renovada’ do *apartheid* na África do Sul depois da vitória do Congresso Nacional Africano (CNA); as vitórias guerrilheiras na Namíbia e na antiga Rodésia, atual

Zimbábue; e, por fim, a Revolução Iraniana, isto é, a derrubada do Xá Reza Pahlevi por uma insurreição no ano seguinte à vitória sandinista na Nicarágua).

Entre 1870 e 1970 o desenvolvimento foi de tal ordem que lançou as bases para a superação do fordismo e do Estado de bem-estar e para levar a humanidade a um novo patamar da reprodução do capital que István Mészáros, com sua arguta precisão, qualificou de “produção destrutiva”. Por trás desse longo processo, *comme il faut* permeado por contradições e desigualdades, está em plena vigência a lei geral da acumulação capitalista. A determinação ontológica fundante do modo de produção capitalista (produz mais-valia antes que valores de uso) determina como será a distribuição da riqueza. Se produzirmos mais-valia, pela ordem ‘natural’ das coisas a riqueza será acumulada sob a forma de capital nas mãos dos burgueses e, aos trabalhadores restará o salário advindo do trabalho abstrato (novamente, aquele cuja razão de ser está na produção da mais-valia). Tal dinâmica inerente ao sistema faz que a abundância seja ontologicamente incompatível com o capital e, a partir dos anos 1970, aciona seus ‘limites absolutos’ (voltaremos a esta questão).

A incompatibilidade ontológica entre a abundância e o capital tem seu fundamento no próprio desenvolvimento das sociedades de classe. A exploração do homem pelo homem corresponde a uma necessidade histórica do período em que o trabalho excedente (o trabalhador produz mais do que o imprescindível à sua sobrevivência e, desse modo, sua exploração torna-se viável) coincide com a carência (isto é, a produção não é suficiente para todos). É na conjugação dessas duas determinações históricas que a exploração de massas de trabalhadores pela classe dominante permite um desenvolvimento das forças produtivas mais acelerado do que nas sociedades primitivas. Por isso, ao longo da história, as sociedades de classe predominaram sobre as primitivas e ocuparam todo o planeta. Essa é a causa fundamental da permanência das sociedades de classe – com seus peculiares processos de individuação (de consubstanciação dos indivíduos em personalidades) centrados na propriedade privada – desde a Revolução Neolítica (o salto ontológico no desenvolvimento das forças produtivas pela introdução da agricultura e da pecuária originou o trabalho excedente) até a Revolução Industrial (1776-1830). Esta, por sua vez, alterou essa situação ao romper com os limites humanos na produção.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O desenvolvimento do mercado mundial e a abundância de desempregados na Europa favoreceram a passagem para um novo patamar de produção, agora voltado a todo o planeta. Nessas circunstâncias, era possível e necessário o surgimento de novas ferramentas, as máquinas ferramentas de que fala Marx. Se as ferramentas no passado eram quase sempre movidas pela força

E, pela primeira vez, a humanidade conheceu uma produção que é maior do que a necessidade de todos os indivíduos no planeta: passamos da carência para o período histórico da abundância. A transição para a abundância, contudo, foi o resultado do desenvolvimento do capitalismo, uma sociedade de classes, resultando em uma situação inédita: uma sociedade de classes em um período de abundância.

Uma das peculiaridades do modo de produção capitalista é converter todas as relações sociais (mesmo aquelas específicas dos processos de individuação) em relações mercantis. E as mercadorias devem ser vendidas para retornarem como capital à produção. Para serem vendidas com lucro, o valor das mercadorias (o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção) deve ser coberto pelo seu preço (a expressão monetária desse valor, que oscila também pela relação entre a oferta e a procura). Entre os séculos XVI e XVIII, durante o período que Karl Marx denominou de acumulação primitiva, em virtude da carência, a procura era maior do que a demanda e o preço tendia a ser maior que o valor. Com a abundância, esta situação se inverteu: a oferta tornou-se estruturalmente maior do que a demanda e os preços tenderam a cair abaixo do valor. A alternativa é baixar o valor da mercadoria diminuindo o tempo socialmente necessário para a sua produção pelo investimento em maquinários, tecnologia, gerenciamento ‘científico’ – o que significa que cada aumento da produção implica custos relativamente maiores. Por isso tendência à queda da taxa de lucros e as crises cíclicas, ambas expressões da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais burguesas.

Esta contradição é o fundamento da gênese e desenvolvimento de relações sociais que compõem o que Mészáros denomina de “produção destrutiva”: uma produção que só pode gerar mais-valia se destruir a si própria e a humanidade. E, se essa era uma tendência que Marx e Friedrich Engels conheceram em seus dias, hoje ela assumiu uma dimensão e opera com uma intensidade que eles jamais imaginaram: não era então concebível que a humanidade se alienaria<sup>2</sup> a tal ponto e que chegaria a novo patamar de barbárie sem a revolução.

A articulação entre o fato de, hoje, o modo de produção capitalista ser o maior obstáculo histórico ao desenvolvimento das forças produtivas (mais sobre essa questão a seguir), e outro fato, o de que o capital apenas pode reproduzir-se

---

humana, agora elas serão movidas pela máquina motriz. O que significava que o fato de o homem possuir dois braços, duas pernas, uma determinada força física – ou seja, os limites biológicos, naturais, do corpo humano – deixa de ser um limite para o desenvolvimento das forças produtivas.

<sup>2</sup> No sentido da desumanidade posta pelos próprios homens, no sentido como em *Entfremdung*.

umentando incessantemente a produção, é a causa fundamental das tendências históricas que predominam por mais de um século. E isto tem feito com que o breve século XX de Hobsbawm se revele muito mais prolongado do que esperava o historiador inglês. Entre outros fatos, a queda do bloco soviético trouxe muito menos conseqüências históricas do que ele calculou – um equívoco que, de algum modo, foi compartilhado também pelos ideólogos da nova ordem mundial de Reagan e de Thatcher. O que a ‘nova’ ordem teve de verdadeiramente novo foi apenas uma nova forma das mesmas tendências históricas que já predominavam desde os anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial.

Das duas guerras mundiais, passando pela crise de 1929 e outras crises não tão espetaculares, pelo amadurecimento e crise do binômio fordismo/Estado de bem-estar, e finalmente pela transição para a crise estrutural nos anos de 1970 e seus corolários (o neoliberalismo, a reestruturação produtiva e o fim do bloco soviético), as tendências históricas de fundo são sempre as mesmas: desenvolvimento de mediações, instituições, relações sociais, complexos ideológicos, os mais diversos, etc. para promover o consumo perdulário de uma abundância que, para o sistema do capital, deve necessariamente ter a feição fantasmagórica e ameaçadora da superprodução. O que poderia ser o maná tornado realidade não pela mágica do além, mas por Prometeu finalmente desacorrentado, se converte sob a regência do capital em seu oposto: nunca a sobrevivência da humanidade esteve tão ameaçada pelas potências por ela mesma desencadeadas.<sup>3</sup>

A abundância se converte, sob o capital, no desenvolvimento do complexo industrial-militar (que absorveu, no século XX, mais do que o dobro de tudo o que foi gasto para manter os carros andando, de petroquímica a ferros-velhos, de estradas, ruas e garagens a siderurgia etc.) e de um *way of life*, de um estilo de vida, que tem no estímulo ao consumo perdulário uma das suas características mais significativas. Em todas as esferas da vida cotidiana (alimentação, vestuário, lazer, transporte etc. – 10% do território estadunidense estão ocupados pelos carros) a marca do consumo perdulário vai se tornando cada vez mais importante no período entre-guerras para, nos anos de 1950 a 1960 explodir no fenômeno da ‘sociedade de consumo de massas’.

A ‘sociedade de consumo de massas’ teve um enorme impacto nas discussões filosóficas, sociológicas e políticas: Herbert Marcuse anunciou o Homem

---

<sup>3</sup> Gabriel Kolko (1994) em um estudo impressionante demonstra com detalhes como, de todos os fatores históricos singulares que atuaram no último século, o que mais contribuiu para moldar a humanidade que conhecemos foi a guerra.

Unidimensional, a Escola de Frankfurt anunciou a destruição da obra de arte pela sua reprodução mecânica. Em outro espectro ideológico, teóricos e estudos se sucederam a comprovar como o novo padrão de consumo garantiria não apenas a prosperidade eterna da ordem burguesa, como também o fim da luta de classes. Estavam enganados ao imaginar que o consumo de massas conduziria para além do capital. A necessidade que está na sua origem e desenvolvimento é a mesma causa das guerras mundiais, das muitas guerras menores, da corrida armamentista; tem a mesma causa do desenvolvimento da atual indústria da moda, do entretenimento, dos serviços; tem a mesma causa da transformação da medicina, da educação e da religião em elos da reprodução do capital; tem a mesma causa da conversão de nossas cidades em campos de batalha divididos entre aqueles que organizam uma defesa estática (os burgueses e seus auxiliares que se estruturam em condomínios) e os que fazem a guerra de movimento (as gangues, as milícias policiais, o crime organizado); tem a mesma causa da conversão das nossas vidas particulares nessa corrida desenfreada e ritmo ensandecido de que todos reclamamos. Esta causa é a contradição, cada vez mais aguda, entre a sociedade burguesa e o desenvolvimento das forças produtivas.

Antes de prosseguirmos, se impõe, hoje, uma ressalva desnecessária se houvésemos mantido o contato com os clássicos. Afirmar que há uma contradição antagônica entre a sociedade burguesa e o desenvolvimento das forças produtivas não significa negar o fato evidente de que o capitalismo desenvolve a sua capacidade produtiva com uma intensidade e velocidade não apenas inéditas, como ainda mais intensas a partir de 1970. É evidente que o capitalismo não perdeu a capacidade de produzir novas tecnologias, novas formas de organização do trabalho, de circulação de mercadorias etc. Mas não é disso que se trata, pelo menos não quando a referência é Karl Marx e Geroge Lukács. Apenas reduzindo as forças produtivas à tecnologia – um equívoco bastante criticado entre os marxistas há algumas gerações – pode-se, partindo da tese de Marx, chegar à conclusão absurda da incapacidade de o capital desenvolver suas capacidades produtivas, ainda hoje, nas condições históricas de sua crise estrutural.

Para Marx e Lukács, o desenvolvimento das forças produtivas sempre foi muito mais que o desenvolvimento tecnológico, por mais importante que esse possa ser principalmente em alguns momentos da história. Para o pensador alemão (e também para o pensador húngaro), as forças produtivas é a capacidade humana em produzir a si própria como um gênero que se eleva, com avanços e recuos, a patamares superiores de sociabilidade. É o fundamento do processo de afastamento das

barreiras naturais que possibilita o destino humano ser cada vez mais intensamente determinado pelos homens.

O desenvolvimento das forças produtivas, desse modo, pode ou não ocorrer com o desenvolvimento tecnológico. Um caso extremo, sempre lembrado, é o do desenvolvimento das forças produtivas no escravismo clássico. Nesse período, quando o desenvolvimento tecnológico estava quase totalmente paralisado pelas relações de produção e, não obstante, pela organização da produção, pelo aumento da mão-de-obra escrava, pela ampliação do transporte e do comércio, pela ampliação dos impérios etc., o escravismo conseguiu desenvolver suas forças produtivas até o ponto de sua dissolução. No feudalismo, ainda que os obstáculos ao desenvolvimento de novas técnicas e ferramentas estivessem em larga medida removidos, se comparado com o escravismo, ainda assim a maior parte do desenvolvimento das forças produtivas do período não pode ser reduzida ao desenvolvimento tecnológico. Apenas no modo de produção capitalista maduro é que o rápido desenvolvimento de tecnologias gera a falsa impressão de que o desenvolvimento técnico é condição imprescindível e, ao mesmo tempo, sinônimo, do desenvolvimento das forças produtivas.

Quando Marx, Engels, Lukács e Mészáros mencionam o antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e a formação social contemporânea não estão – agora deve estar claro – se referindo apenas ao desenvolvimento tecnológico. Assinalaram que o desenvolvimento tecnológico e da capacidade produtiva humana sob a regência do capital não equivale ao aumento da capacidade da humanidade em assumir a história em suas mãos – como ocorreu no passado – mas, pelo contrário, implica a submissão da humanidade a forças que ela criou e que, hoje, não consegue controlar: o fetichismo da mercadoria e seu irmão siamês, a reprodução ampliada do capital, para sermos sintéticos. É o predomínio do capital na vida cotidiana, o momento predominante da reprodução da sociabilidade contemporânea, é ele a razão última de ser de uma humanidade que, ao mesmo tempo que é capaz de construir um acelerador de partículas que nos possibilitará conhecer processos que ocorreram no décimo sétimo milionésimo de segundo depois do Big-Bang, ainda precisa de crianças e velhos nas ruas para garantir, pela pressão do exército industrial de reserva, baixos salários para a maior lucratividade do capital.

Se reduzirmos as forças produtivas à tecnologia, não temos como escapar de um dos equívocos: ou negamos o antagonismo entre o desenvolvimento das forças produtivas e a sociabilidade contemporânea, ou deduzimos que a revolução está à

vista e que o capitalismo não mais pode desenvolver a produção. Ambas as teses são apenas distintas formas de redução do desenvolvimento das forças produtivas ao desenvolvimento tecnológico. Esse equívoco, bastante conhecido entre os marxistas de algumas gerações antes da nossa, e que foi objeto de uma dura crítica de Lukács a Nikolai Bukharin já na década de 1920 (Lukács, 1974), no debate contemporâneo sobre o trabalho foi renovado desde a década de 1960 pelos mais diferentes autores, das mais diferentes vertentes

Considerando a história da humanidade no seu conjunto, não é de se admirar, portanto, que o último século seja o que tenha conhecido mais guerras, mais destruição do humano e de humanos, tenham sido anos nos quais, como nunca, abriu-se um abismo entre o que a humanidade poderia fazer da sua história e o que parece ser nosso destino fatal. E que, portanto, a reprodução social seja, a cada dia, marcada por conflitos e situações-limites que reproduzem uma sociedade crescentemente militarizada, violenta e desumana.

É ‘esta’ – e não ‘aquela outra’ que reduz as forças produtivas à tecnologia – contradição antagônica entre o sistema do capital e o desenvolvimento das forças produtivas, entre o pleno desenvolvimento das capacidades humanas e o aumento da produção pelo desenvolvimento da tecnologia do capital, o fundamento do desenvolvimento histórico dos últimos 150 anos.

### DO FORDISMO AO TOYOTISMO: POR QUE NÃO HOUVE RESISTÊNCIA?

Ao chegarmos à década de 1950, os partidos reformistas de extração stalinista ou social-democrata estavam, dependendo da realidade nacional, ou integrados ou em vias de integração com o Estado. Tanto num caso como no outro, a burocracia que dominava o movimento sindical consolidava suas posições explorando as novas possibilidades de negociação com o patronato. Nesse contexto de colaboração de classes mascarada como dura negociação, a luta ideológica vai ser cada vez mais marcada pela propaganda e pelo baixo nível teórico. Os partidos e o movimento operário serão, cada vez menos, o lugar da melhor ciência e da melhor filosofia, como no passado, e cada vez mais serão povoados por ideologias que justifiquem essa colaboração de classes. A decadência teórica era inevitável e deu origem a uma concepção simplista e ingênua, feita sob medida para tais burocratas, da reprodução da sociedade burguesa.

Tal concepção reduziu a reprodução do capital, de um processo complexo e muito rico, ao confronto político (nesse contexto, na verdade, político-parlamentar) entre duas classes sociais: a burguesia e os trabalhadores (não é à toa que o termo

‘proletariado’ vai caindo em desuso). Agora, todo aumento de salário era uma vitória do trabalhador contra a burguesia e, portanto, uma derrota desta. E o inverso também é verdadeiro: toda perda do trabalhador é automaticamente um ganho da burguesia. Desapareceram todas as complexas mediações inerentes à reprodução do capital que fazem com que o trabalho abstrato se sobreponha mas não se identifique ao trabalho. As mediações que fazem com que nem todo assalariado seja ‘trabalhador’ da mesma forma, já que não exercem a mesma função social, são simplesmente esquecidas. Os clássicos vão sendo rapidamente substituídos por manuais, a ciência pela propaganda, e a decadência teórico-ideológica da esquerda (um dos traços mais impressionantes do último século) está em plena marcha.<sup>4</sup>

Para tal concepção de mundo, o Estado de bem-estar tinha ‘necessariamente’ que ser, a princípio, uma vitória dos trabalhadores. E, se levarmos em consideração que nos embates cotidianos muitas das ‘conquistas’ tiveram sua origem imediata, pontual, nas reivindicações econômicas (no sentido leninista dessa expressão) da luta sindical e política da esquerda reformista, quando nas eleições (já convertidas na luta política mais importante da estratégia reformista), elas eram sempre apresentadas como ‘avanços’ da luta pelo socialismo. Quantas vezes não se argumentou, com base na famosa passagem de Marx em *O Capital* em que ele comenta que a jornada de dez horas é uma vitória da ‘economia política do trabalhador’,<sup>5</sup> que o Estado de bem-estar seria uma vitória ainda mais importante, pois abriria novas perspectivas estratégicas para a luta pelo socialismo.

Hoje, dois fatores nos permitem uma avaliação mais realista do Estado de bem-estar. Por um lado, a burocracia sindical reformista do passado mostrou sua alma de lobo sob a pele de cordeiro ao se converter em cristãos novos do neoliberalismo; por outro, se o Estado de bem-estar serviu de etapa transitória para algo, não foi para o socialismo e sim para o neoliberalismo.

<sup>4</sup> Tratei disso em dois textos há alguns anos (Lessa, 1995a e 1997). Imprescindível é Fernando Claudin (1970).

<sup>5</sup> Cristina Paniago (2003) tem a análise mais interessante dessa polêmica e dessa interpretação. O curioso é que, quase sempre, se esquece que a “economia política” é a ciência econômica clássica da reprodução do capital e que, dentro dela, o trabalhador apenas tem lugar como trabalhador abstrato (assalariado). A expressão “vitória da economia política do trabalhador” tem, por isso, um sentido preciso: não é uma vitória do trabalhador para além do capital, mas uma vitória do trabalhador no interior do capital. Tal vitória, a continuidade do texto de Marx aponta, longe de sinalizar para a superação do sistema do capital, será rapidamente convertida em mais um estímulo para o desenvolvimento do capitalismo. Por isso, nas últimas linhas de Salário, preço e lucro, é dito que cabe ao proletariado lutar contra o sistema de assalariamento, e não por um salário justo que corresponda uma jornada de trabalho justa (Marx, 1977).

Vejamos, como dizem os ingleses, o quadro mais geral. Se incluirmos os Estados Unidos, aproximadamente dez países no mundo conheceram as políticas sociais e a intervenção do Estado na economia típicas do Estado de bem-estar. Todos países imperialistas centrais: o significado do keynesianismo, como sabemos, foi inteiramente diverso para o Terceiro Mundo.

Foi pelas mãos do Estado de bem-estar que tivemos o desenvolvimento mastodôntico que converteu o complexo industrial-militar no setor mais importante da economia mundial. A Guerra Fria é obra do Estado de bem-estar bem como do stalinismo. Associado ao crescimento desse complexo, do ponto de vista político, tanto nos Estados Unidos como na Europa, com diferenças nacionais que não podem ser desprezadas, tivemos o crescimento e o fortalecimento dos aparelhos repressivos do Estado. No primeiro tivemos o macartismo e, no segundo (França), o gaullismo. Kate Millet narra em detalhes como nesses anos a tortura, quase desaparecida dos aparelhos judiciais, retornou mesmo em países democráticos como a França, a Inglaterra, a Alemanha<sup>6</sup> etc. Que ‘vitória dos trabalhadores’ poderia ser esta?

Uma das medidas do ‘keynesianismo’ que teve maior impacto no debate sobre o trabalho foi o fortalecimento das grandes centrais sindicais com o apoio do Estado, o que incluiu mecanismos de negociação de ramos industriais inteiros, por vezes com abrangência nacional. Esse fato era tido como a demonstração empírica irrefutável de que o Estado não seria o instrumento especial da classe dominante para reprimir os trabalhadores, mas sim uma instituição neutra que atenderia agora, também, aos trabalhadores. O fortalecimento sindical era também considerado uma prova irrefutável da democratização da sociedade e do Estado. E, ainda, com base naquela concepção simplista da sociedade, se era um avanço dos trabalhadores, a organização dos grandes sindicatos tinha necessariamente que ser uma perda para a burguesia. Daí que a burocracia sindical podia apresentar a sua suave e doce convivência com os patrões como ‘luta dos trabalhadores’ contra a exploração.

A realidade era muito distinta. O aumento da massa salarial nos países centrais era uma necessidade geral do sistema do capital, e o mecanismo que se mostrou ideal para tanto foi a organização dos grandes sindicatos sob a tutela do Estado. Eles possuíam a força para obrigar os empresários recalcitrantes a seguir os acordos pela força das greves e outras formas de pressão. E, como eram sindicatos

---

<sup>6</sup> Anne Steiner e Loic Debray (2006) narram a tortura e o assassinato dos membros do grupo Baader-Meinhof nas prisões de segurança máxima da Alemanha. A barbaridade é inimaginável.

sob a tutela do Estado, sempre foram dóceis aos capitalistas. A burocracia sindical, que já era forte e atuante, encontrou nessa situação as melhores condições para desenvolver-se e encastrar-se no poder. Ela tinha os mesmos interesses do grande capital: manter negociações nos termos mais interessantes aos empresários que garantissem ganhos salariais e serviços (ou seja, o aumento do consumo de que o sistema necessitava para evitar a superprodução) – e, também, combater o desenvolvimento de lideranças e movimentos à esquerda. Para o Estado, havia ainda uma importante vantagem. Parte da repressão sobre qualquer alternativa mais radical poderia ser deixada a cargo da própria estrutura sindical. E, quando necessário, sempre se poderia lançar mão de mecanismos policiais ou paramilitares, para não mencionar a máfia e o crime organizado na Europa e nos Estados Unidos.

Como, naquelas circunstâncias históricas, aumentar o consumo era necessário e, ao mesmo tempo, possível (em parte por causa dos ganhos astronômicos das multinacionais no Terceiro Mundo), as concessões às pressões operárias e dos trabalhadores pela melhoria das condições de vida e trabalho eram não apenas possíveis, mas necessárias. E, se bem concedidas, poderiam ainda ter o ‘saúdável’ efeito colateral de desautorizar a crítica revolucionária e fortalecer o poder da burocracia partidária e sindical aliada dos capitalistas. A direção hegemônica do movimento operário pegou a via de menor resistência (Mészáros, 2002) e se converteu em partícipe do Partido da Ordem (Marx, em *O 18 Brumário*). A criação das grandes centrais sindicais e a institucionalização dos direitos trabalhistas está muito longe de ter sido uma ‘vitória dos trabalhadores’.

Com esse mesmo sentido foram implementadas as políticas públicas: só existiram quando foram vantajosas ao grande capital. O sistema de saúde universal e público, por exemplo, pela primeira vez converteu a medicina em *big business*. Hospitais, centros de tratamento e a indústria farmacêutica tiveram crescimentos sem precedentes. Os capitais investidos nesses setores exibiam elevadas taxas de lucro. Algo semelhante ocorreu com a educação. As encomendas de construção e manutenção de escolas, a compra de material escolar pelo Estado, o aumento da massa salarial paga pelo Estado na contratação de professores e outros profissionais etc. converteram, pela primeira vez, a educação em uma fonte de lucros para o grande capital. Com efeitos ideológicos consideráveis: a escola pública obrigatória demonstrou ser um mecanismo eficaz no controle dos trabalhadores e o aumento do nível de escolaridade elevou o padrão de consumo, entre outras coisas, por tornar o indivíduo mais permeável aos meios de propaganda – também à propaganda política. E, por fim, mecanismos mais diretamente econômicos como financiamento

da casa própria e salário-desemprego tiveram o mesmo impacto econômico que as encomendas do Estado para o complexo industrial-militar: evitar que a crise localizada de superprodução se generalizasse a toda a economia (o salário-desemprego) e/ou promover a elevação do consumo a um patamar que não ocorreria sem essa intervenção do Estado.

O Estado de bem-estar não foi uma vitória dos trabalhadores, mas sim uma etapa decisiva no desarme político e ideológico destes e uma submissão ainda maior da humanidade ao fetichismo da mercadoria e aos imperativos da reprodução ampliada do capital. Nenhuma vitória dos trabalhadores, nem qualquer acúmulo para a transição do socialismo pode ser nele localizado. O keynesianismo não serviu de mediação para o socialismo, nem no centro imperial do sistema do capital, nem em sua periferia. O Estado de bem-estar não foi, tampouco, um processo de democratização da sociedade e do Estado. Pelo contrário, reduziu ainda mais a capacidade de resistência aos processos alienantes do capital, concentrou o poder político nas mãos do grande capital, reduziu a autonomia relativa dos indivíduos com o fortalecimento, para sermos breves, do fetichismo da mercadoria. Para ‘defender a democracia’, os aparelhos repressivos reintroduziram a tortura e a perseguição da esquerda revolucionária foi intensificada. Não há aqui, também, qualquer campo para ilusões de que o Estado tenha se ‘ampliado’ pela incorporação dos interesses dos trabalhadores.

Não faz qualquer sentido o argumento de que o Estado de bem-estar fora a resposta dos países capitalistas à pressão do exemplo soviético. Ao nos aproximarmos da década de 1960, não apenas o prestígio da União Soviética entre os trabalhadores ocidentais estava em declínio, como ainda a convivência dos dois sistemas caminhava em águas de coexistência pacífica em plena Guerra Fria, um paradoxo apenas aparente. A URSS não representava qualquer ameaça revolucionária aos países capitalistas centrais. A disputa entre as duas potências se dava dentro de marcos não apenas aceitáveis, mas necessários, para o desenvolvimento do complexo-industrial militar e para a legitimação política interna de cada uma delas.

### A CRISE DO ESTADO DE BEM-ESTAR E O OCASO DO FORDISMO

A década de 1960 assistiu aos primeiros movimentos da crise que poria fim ao Estado de bem-estar. As crescentes encomendas do Estado (com enorme peso para o complexo industrial-militar) e o estímulo ao consumo, aliado à crescente exploração da periferia do sistema, não mais eram suficientes para absorver os novos níveis de superprodução propiciado, para sermos breves, pelo fordismo e pelo

taylorismo. A Guerra do Vietnã aprofundou a crise ao aumentar os gastos estadunidenses muito além dos limites lucrativos. Serviu, também, para catalisar um movimento contestador do *status quo* que, mesmo limitado em seus propósitos e em seus alcances, acelerou o fim dos ‘anos dourados’. Nos Estados Unidos a convergência do movimento pacifista com o movimento hippie e a luta pelos direitos civis, principalmente dos negros, paralisou a maior potência do mundo que, por vários anos, perdeu sua capacidade militar ofensiva. Na Europa, os anos 1960 foram conturbados e terminaram com 1968 mostrando a força e os limites da contestação. No restante do mundo, a crise econômica potencializou os movimentos de libertação nacional: guerrilhas na África, na Ásia, na Oceania e na América Latina. Até nos Estados Unidos o Exército Simbionês de Libertação Nacional fez sua aparição com o seqüestro de Patricia, da filha do milionário Hearst. E, na primeira metade dos anos 1970, a perda de poder militar ofensivo dos Estados Unidos abriu também espaço para o aumento do preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), iniciando o que ficou conhecido como as duas crises do petróleo e gerando os petrodólares: bilhões paralisados nas mãos dos países exportadores de petróleo, principalmente do Oriente Médio. O perdurismo da economia estadunidense fez com que o aumento do custo da matriz energética tivesse um impacto muito maior sobre ela do que no restante dos países industrializados. No frigidar dos ovos, até mesmo o Japão saiu-se melhor dessa crise que o gigante decadente da América do Norte.

A crise se manifestou, em um primeiro momento, por uma crescente saturação dos mercados consumidores do Primeiro Mundo. Produzir mais para baratear os preços e estimular o consumo alcançou seu limite; mesmo derrubando os preços não se obtinha um aumento substancial do consumo. As indústrias, sem poder abrir novos mercados, expandem tomando o mercado já saturado de uma concorrente. O tipo de investimento se altera: em vez de investir em novas indústrias e empresas, agora vence a concorrência aquela companhia que se apodera da outra. Entramos na fase das fusões.

Quando entrou em crise o círculo virtuoso keynesiano (maior produção equivale a menor preço e maior consumo), o defeito converteu-se na grande vantagem do modelo japonês: a produção em menor escala e ágil com base numa mão-de-obra barata e disciplinada. Em um mercado saturado não havia como as GMs e Fords da vida encararem as Toyotas do Oriente. Logo a economia japonesa conquistava fatias cada vez maiores do mercado da América do Norte.

O ‘novo paradigma’ – lembrem-se como há pouco essa era a palavra da moda? – se inicia por uma produção flexível que incorpora mesmo as pequenas flutuações

do mercado, quer produzindo após a venda, quer produzindo à medida que as vendas vão se realizando. Toyota, no primeiro caso, e Benetton, no segundo, são os exemplos mais citados. A incorporação de tecnologias cada vez mais avançadas garante um barateamento do produto final (a TV LCD é muito mais barata de ser fabricada que a TV normal que ainda temos em casa) e o diferencial de qualidade que expulsará o concorrente do mercado – e, também decisivo, o controle ainda mais exato da obsolescência planejada.

Num segundo momento, trata-se de um novo patamar de controle sobre os trabalhadores – e não apenas dos operários. A articulação estrutural do crescimento da produção com a redução ou crescimento irrisório do mercado consumidor impõe a degradação das condições de vida e de trabalho tanto nos empregos parcializados, terceirizados, domésticos etc., como também nas plantas industriais e nos serviços. Tudo isso foi favorecido pelo desemprego crescente, a mais poderosa arma do capital para o desarme da reação coletiva dos operários e na promoção da submissão individual ao capital. A sobrevivência no emprego depende da máxima produtividade, mas, também, de um padrão de comportamento aceitável que desce a detalhes como, por exemplo, evitar sentar à mesa do almoço com qualquer liderança sindical. Fica na empresa aquele que consegue convencer o patrão de que vestiu a camisa.

Em um terceiro momento, o trabalhador ainda empregado sofre a concorrência direta, muitas vezes no mesmo local de trabalho, de todas as formas de terceirização possíveis e imagináveis. Com isso ele deve produzir mais do que o terceirizado – o que significa que ele deverá acatar condições de trabalho e remuneração que seriam inaceitáveis há poucos anos. E, como dessa atitude depende a manutenção do seu emprego, excluída a possibilidade da ação coletiva deve-se, individualmente, curvar-se às novas condições de exploração. Esse individualismo, ao mesmo tempo que é estimulado pela burocracia sindical, também fortalece essa mesma burocracia ao legitimar as suas negociações com os patrões. Por essas negociações os patrões levam tudo o que precisam – mesmo que leve um pouquinho mais de tempo – com a enorme vantagem de que os trabalhadores e operários chegarão ao absurdo de negociarem a demissão dos seus próprios colegas de trabalho. Se a solidariedade internacional fora há muito quebrada, agora trata-se de esfacelar a solidariedade mais banal e corriqueira: aquela entre trabalhadores explorados pelo mesmo patrão.

No quarto momento, com a pressão do desemprego e diante das possibilidades inerentes às novas tecnologias, torna-se viável que o mesmo trabalhador exerça

tarefas antes separadas pelo taylorismo: a produção e o controle. Isso não significa, veremos, que essas duas atividades distintas tenham se tornando a mesma, se imbricado ou se fundido. Pelo contrário, elas continuam tão distintas como antes. Por isso é mais lucrativo ao capital fazê-las executar pelo mesmo trabalhador que, em troca de um mesmo salário, cumprirá uma dupla tarefa. Possibilita enxugar a hierarquia das fábricas e aproximar os níveis mais elevados da gerência, controle e planejamento da linha de montagem. O que, não é preciso maiores argumentos, possibilita a extração mais intensa da mais-valia.

Em suma: uma exploração cada vez maior dos trabalhadores. E não apenas daqueles que continuam empregados com carteira assinada, mas também da enorme e crescente parcela de todas as modalidades de terceirizados e, ainda, daquele setor informal que faz parte, como qualquer outro setor, da reprodução ampliada do capital (Tavares, 2004).

Tais transformações tiveram impactos diferentes não apenas nos diferentes países, mas até mesmo em regiões distintas dentro de um mesmo país, ou diferentes ramos econômicos em uma mesma economia ou, ainda, em diferentes plantas industriais pertencentes a um mesmo ramo. Sem desconsiderar tais diferenças e sua evidente importância para a luta dos trabalhadores (e, também, para a gerência capitalista), o impacto na reprodução social é a concentração de uma riqueza inédita em seu volume e rapidez de crescimento nas mãos de uma parcela mínima da população mundial e o aumento da miséria (mesmo o aumento absoluto) para a maioria dos habitantes da Terra. Os dados que Mike Davis alinhavou em *Planeta Favela* (Davis, 2007) são suficientes: o crescimento exponencial da miséria em todo o planeta está convertendo os humanos em moradores de favelas, em sua maioria expressiva. E essa tendência vem se acelerando nas últimas décadas.

É assim que a crescente abundância de riqueza (já há muitos anos que produzimos mais de três vezes o montante de alimentos para matar todos do planeta de enfarto aos 35 anos de idade, temos hoje mais domicílios em São Paulo vagos do que famílias sem-teto, e assim por diante) é produzida em uma sociedade que deve, concomitantemente, gerar uma miséria crescente para a maioria da população. A contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção nunca foi tão evidente – de tão desumana.

Todas essas transformações, lembremos, tiveram lugar junto com tudo o que já foi sobejamente denunciado: a privatização dos investimentos públicos, o desmonte do Estado de bem-estar e todos os direitos dos trabalhadores pelos mecanismos que todos sofremos; a conversão das economias dependentes em exportadoras

de capital para os centros financeiros em uma base diária e com um montante de riquezas inédito; e, por fim, o crescente predomínio do capital bancário sobre o capital industrial, a tal ponto que hoje os bancos centrais estão entregues a banqueiros ou seus prepostos.

Pois bem, por que o proletariado não reagiu em defesa do Estado de bem-estar?

Em primeiro lugar, porque não foi o Estado de bem-estar uma vitória dos trabalhadores. Antes, foi uma mediação decisiva para a burguesia ampliar a extração da mais-valia naquelas circunstâncias históricas. Não havia qualquer razão para o proletariado assumir o Estado de bem-estar como seu projeto histórico. Ainda assim, por que o proletariado não polarizou os trabalhadores em uma resistência contra o desemprego e a piora das condições de vida e trabalho? Porque a única forma de luta possível, que poderia ter alguma chance de sucesso nas condições da crise estrutural do capital, era o confronto aberto e radical contra o desemprego e a precarização – justamente o que a prática de colaboração de classes de tantas décadas desautoriza e combate. Educados no reformismo, o proletariado e os trabalhadores em geral careciam de consciência, prática política e organização que possibilitassem a passagem para uma política ofensiva socialista (Mészáros, 2002).

Do ponto de vista histórico, estamos tratando de um problema mais profundo, mais geral. Cada classe social apenas pode se efetivar realizando a sua potencialidade histórica. Para a burguesia pré-Revolução Francesa só existia como possibilidade tornar-se classe dominante ou diluir-se socialmente no interior da aristocracia (como ocorreu, por exemplo, com a burguesia togada sob Luís XV e XVI). Não há, na história, a possibilidade de uma classe realizar apenas parte das suas potencialidades históricas, do mesmo modo que não se é possível estar apenas ‘ligeiramente grávida’.

Ao proletariado há apenas uma possibilidade histórica possível: ser o antagonista do capital, como diz Mészáros. Não ser o antagonista do capital retira do proletariado sua identidade histórica e o reduz a parceiro da burguesia no desenvolvimento do sistema do capital – na mesma medida que o trabalho abstrato é a contraparte necessária (é uma determinação reflexiva)<sup>7</sup> do capital. No terreno típico das reformas possíveis, e não da destruição revolucionária do capital, o proletariado perde sua identidade de classe e se confunde, tanto ideológica quanto politicamente, com os outros setores assalariados, a maior parte deles exercendo as atividades de controle/repressão imprescindíveis para a reprodução do sistema do

<sup>7</sup> Sobre a determinação reflexiva, conferir Lukács, 1974.

capital. É esse o solo social do reformismo, que tem por fundamento a defesa da distribuição de renda, o cooperativismo, as redes de solidariedade: o projeto de um capitalismo de face humana, enfim. Quase tudo se resume, nesse campo, à pequena propriedade privada.

O que o stalinismo e a social democracia fizeram foi promover a conversão do movimento operário (atenção, não da classe operária), de antagonista histórico da ordem burguesa a integrante do Partido da Ordem. Enquanto havia espaço para as concessões no interior da ordem burguesa, essa integração não apenas foi possível, como ainda necessária. E a ampliação do consumo de que o capital necessitava serviu para legitimar essa conversão. Quando a crise estrutural anunciou o fim dessas possibilidades e as negociações passaram a ser ao redor, não da ampliação do consumo, mas da promoção ordenada do desemprego e da piora das condições de vida e trabalho, o passado começou ‘a oprimir feito um pesadelo o cérebro dos vivos’. Como parceiros do capital, como integrantes do Partido da Ordem, aos trabalhadores e operários cabia apenas aceitar que não haveria alternativa ao neoliberalismo: melhor negociar o desemprego que resistir coletivamente na defesa do emprego de todos. As câmaras setoriais em nosso país foram apenas a forma particular, brasileira, dessa nova modulação da colaboração de classes em tempos de crise estrutural.

É importante chamar a atenção para a importância do pós-modernismo nesse processo. Sua promoção do individualismo mais tacanho pela negação da história e da totalidade, sua denúncia das grandes narrativas (Lyotard, 1984) teve um papel importante na forma como os trabalhadores e os operários absorveram os acontecimentos históricos das últimas décadas do século XX: não apenas o fim do bloco soviético, mas também a falta de resistência dos trabalhadores à avalanche neoliberal. A vitória do capital só pode ser tão avassaladora porque os trabalhadores estavam convencidos de que não haveria qualquer alternativa ao capitalismo. Em um primeiro momento acreditaram que Thatcher, Reagan, Fernando Henrique etc., seriam a melhor resposta para superar a crise, depois acreditaram que Tony Blair, Clinton e Lula seriam as melhores alternativas para reverter as tendências históricas do capital em crise – e, desse modo, apoiaram eleitoralmente a substituição do Estado de bem-estar pelo Estado neoliberal. Essa trajetória, evidentemente, é a prossecução histórica da redução do antagonista do capital a integrante do Partido da Ordem.

Da resistência coletiva, de classe, passamos pela submissão individual de cada trabalhador ao seu patrão. No cerne do processo produtivo, instaura-se a luta de

todos os operários contra todos os outros pela defesa do emprego ainda existente. Tal individualismo, por sua vez, foi favorecendo a ausência de uma resposta coletiva que devolveria ao proletariado sua identidade de classe. E não encontraram tal resposta coletiva – uma vez mais – também porque a burocracia sindical e partidária fez de tudo para que ela não se concretizasse sempre que a possibilidade se colocou na luta de classes.<sup>8</sup>

Esse individualismo que quebra a solidariedade de classe mais banal entre os trabalhadores de uma empresa está também presente, *mutatis mudandis*, em todas as outras esferas da sociedade. No outro extremo da pirâmide social, por exemplo, a saturação dos mercados associada à concentração de renda se expressam, também, na gênese e desenvolvimento de um mercado de luxo que, nas condições de crise, possui um peso econômico crescente e que precisa ser acelerado para que o consumo se expanda. Não apenas a indústria da moda tem sido muito influenciada por tal tendência, mas também a de outros produtos como iates, helicópteros, condomínios de luxo, *shopping centers*, alimentos e bebidas etc. E uma das maneiras de ampliar o consumo desse setor – com conseqüências sobre o comportamento de outros setores não tão ricos – é a exploração da angústia e a depressão. Fazer compras passa a fazer parte dos mecanismos de consolo para uma subjetividade perdida em si própria e que não pode encontrar na propriedade privada a razão de uma existência fraturada pela crise estrutural do capital.<sup>9</sup>

Este é um processo complexo, pleno de contradições e desigualdades que não podemos sequer mencionar pela absoluta falta de espaço. O que a nós é imprescindível, aqui, é indicar como há uma correspondência rica de mediações entre o que ocorre no interior das fábricas e nas esferas ideológicas ‘mais elevadas’ da filosofia, da arte, da religião etc. A negação da história e do universal pelo pós-modernismo, o elogio do fragmento e do instante presente e a desvalorização do humano-genérico pela dita arte pós-moderna, o individualismo religioso das novas seitas, crenças, terapias alternativas etc., é o outro aspecto do mesmo individualismo que, no interior do movimento operário, convence o trabalhador de que é melhor ele se tornar um ‘empreendedor’ fora da fábrica, um novo Bill Gates, do que se organizar com seus camaradas para a resistência. E quando o óbvio ocorre e ele não se converte em um bilionário, a culpa é apenas dele que não foi ‘capaz’. É esse

<sup>8</sup> Entre nós, lembremos a vergonhosa atuação da CUT quando da greve dos petroleiros no início da era FHC. Uma vitória dos petroleiros, naquelas circunstâncias, poderia ter alterado decisivamente o quadro político.

<sup>9</sup> Tratamos dessa questão, também, em Lessa (2006).

mesmo individualismo que convence o operário desempregado de que a direção sindical agiu em seu favor ao negociar sua demissão voluntária e que o partido 'dos trabalhadores' que revogou muito dos direitos é, de fato, defensor dos trabalhadores. É isso que possibilita que Vicentinho pose de herói ao retornar da Alemanha depois de negociar a demissão de trabalhadores e que seja um exemplo a ser seguido quando se converte em garoto-propaganda de uma universidade cujo proprietário é um conhecido bicheiro em São Paulo. O mesmo trabalhador que 'voluntariamente se demite' é o indivíduo que paga o dízimo das novas seitas para que seu negócio prospere, é o indivíduo que está convicto de que a ação coletiva contra a miséria não passa de uma quimera e que se atira no mundo como um 'lobo do próprio homem'.

A vitória do capital tornou o fetichismo da mercadoria de tal modo predominante que, ainda que a prática demonstre cotidianamente a impossibilidade histórica de saídas individuais, as pessoas tendem a acreditar mais em ilusões que em potencialidades reais. Essa alienada conexão do indivíduo com o gênero pelo fetichismo da mercadoria atua não apenas na reprodução ampliada do capital, mas também na consubstanciação das nossas personalidades individuais. Mais especificamente, a síntese entre a ação do fetichismo da mercadoria na consubstanciação tanto das individualidades quanto das tendências histórico-universais, se expressa, em nossos dias, também por esse fenômeno ideológico que é o individualismo onipresente, que vai dos filósofos pós-modernos da Sorbonne ao pastor evangélico de um bairro da periferia de Maceió. E este fato é também um reflexo da ausência da classe operária como antagonista do capital e, ao mesmo tempo, contribui para a manutenção da perda da identidade de classe do proletariado.

Em última análise, a redução da classe operária à parceira da burguesia é uma pesada herança dos anos dourados do Estado de bem-estar e do stalinismo. A concepção de fundo, tanto do stalinismo quanto dos socialistas reformistas, de que a expansão dos direitos dos trabalhadores, por 'meio do Estado', pela 'mediação do Estado' (Marx, 1969; Lessa, 2007b) possibilitaria impor progressivamente limites à atuação do capital, de tal modo a transitar-se para o socialismo, revelou seu verdadeiro papel histórico ao deixar os trabalhadores desarmados ao se iniciar a crise estrutural do capital. Acostumados à política parlamentar e ao jogo sindical oficial, reduzidos ao campo da ordem, os trabalhadores terão, mais cedo ou mais tarde, que romper com tais amarras para darem conta dos desafios das últimas décadas. E, então, encontrarão na burocracia sindical e partidária seus primeiros inimigos de classe: tem sido ela a primeira linha de combate da burguesia contra uma alternativa à esquerda no seio dos trabalhadores.

Essas são algumas das mediações importantes que nos conduziram a um estado de espírito para o qual não há alternativas ao capital. Aceita-se como evidência que esse contexto contra-revolucionário, de um período necessariamente transitório, seria a condição eterna da existência humana. O pressuposto é que a história sempre será igual ao presente. O possível se reduz ao acúmulo de forças no interior do Estado, o que, no final, não significaria muito mais do que a conquista de ainda mais sinecuras para tais burocratas. Essa é a continuidade historicamente possível, em tempos neoliberais, da tese reformista típica segundo a qual a história se faz ‘pelo’ e ‘através’ do Estado. Para tal ideologia, caem como uma luva as teses que postulam terem se alterado em suas essências as classes sociais, o capitalismo e também o Estado. À burocracia sindical e partidária apenas é possível justificar a sua assimilação ao Estado se este puder ser apresentado não mais como instrumento especial de dominação, mas sim como uma instituição neutra que poderia servir à burguesia e aos trabalhadores, dependendo da correlação de forças.

Em linhas gerais – portanto, atendo-se aos seus traços mais fundamentais –, a perda da identidade da classe operária e sua conversão em parceira da burguesia se deu sob a égide das teses reformistas típicas da social-democracia e do stalinismo. E tais teses predominaram porque eram expressões da vida cotidiana em um capitalismo que, ainda que intensamente alienado (no sentido de *Entfremdung*, das desumanidades socialmente postas), não havia atingido a sua crise estrutural, não havia acionado os seus ‘limites absolutos’. Quando estes foram, finalmente, acionados, os derrotados imediatos foram os assalariados.

## OS LIMITES ABSOLUTOS

Como prometido, vamos agora aos ‘limites absolutos’, um dos elementos-chaves da interpretação de Mészáros da crise contemporânea.<sup>10</sup> Segundo o pensador húngaro, até a década de 1970 a reprodução ampliada do capital, por mais problemática e contraditória, possuía condições de deslocar suas contradições para o futuro (e sempre para patamares mais elevados) quer pela criação de novos mercados, quer pela ocupação de novos territórios no planeta, quer pela ampliação do mercado consumidor nos países imperialistas (Estado de bem-estar), quer pelo recurso sistemático às guerras e, ainda, pela destruição do planeta. Assim, crises tão graves e sérias como as duas guerras mundiais ou a crise de 1929 terminaram elevando o capitalismo a novos patamares.

<sup>10</sup> Não é essa a minha área de atuação nem de investigação. Outros pesquisadores têm se dedicado ao estudo da obra de Mészáros e o que aqui se segue é devedor dessas investigações.

Em 1970 esse quadro se alterou radicalmente. As possibilidades de deslocar as contradições não mais conseguem reverter a crise, que se converte, então, em uma crise contínua. A continuidade passa a ser a crise, um *continuum* de crise como diz Mészáros. Nessas novas condições, os mecanismos anteriores continuam operando e até mesmo se intensificam, ainda assim não conseguem reverter sequer momentaneamente a crise. O perdularismo do sistema do capital teve, então, que se elevar a um novo patamar: o deslocamento das contradições para o futuro e para novos patamares de tensão apenas é possível pela ‘produção destrutiva’. As alternativas são tão estreitas para a continuidade da acumulação capitalista que esta só ocorre destruindo seus próprios pressupostos, isto é, suas possibilidades de continuar produzindo no futuro os meios de produção e de subsistência que lhe são imprescindíveis. É assim que o ser social tem os seus fundamentos colocados sob imediata ameaça e não há complexo social que escape da crise, dos times de futebol aos indivíduos, da matriz energética às igrejas. O individualismo pós-moderno tem nesse contexto um enorme campo de expansão: é a válvula de escape aos indivíduos mergulhados em uma sociabilidade que vê dissolver seus próprios fundamentos em uma desumanidade crescente. Da violência urbana aos genocídios nos Bálcãs, da concentração de renda à destruição da base produtiva de regiões enormes, como ocorre na África subsaariana, do trabalho escravo na indústria da moda (*slaveshops*)<sup>11</sup> às gangues de Nova York, Paris e São Paulo – o Estado, a sagrada ordem jurídica burguesa, a ‘ética do trabalho’ (a expressão mais pura do empreendedorismo burguês), a família patriarcal, o emprego e o assalariamento, numa lista infinita, são pilares da sociedade burguesa que vão cotidianamente se diluindo em caos.

E tais fundamentos estão em dissolução pela mesma razão que foram fundados e se desenvolveram no passado: as necessidades da acumulação do capital. A taxa de lucro tende a cair em uma velocidade inédita na história na medida que a concorrência intercapitalista no contexto da abundância (do ponto de vista do capital, da superprodução) requer o aumento da produtividade pela elevação dos investimentos em máquinas e tecnologias (no capital constante, para sermos breves). Se antes era preciso a ordem burguesa para que a acumulação seguisse seu curso, hoje a acumulação apenas pode prosseguir se devorar essa mesma ordem pela destruição do trabalho vivo que é o seu fundamento ontológico. A única e última forma histórica de o capital continuar a reger a sociedade no dia de amanhã é

---

<sup>11</sup> Ross (1999) é um dos textos mais interessantes de uma bibliografia que está se tornando vasta.

destruir as condições para que possa fazer o mesmo depois de amanhã. É isto, enfim, que diferencia a presente crise de todas as anteriores: os ‘limites absolutos’ do sistema do capital foram, finalmente, atingidos. E, por isso, pela primeira vez na história, a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a ordem burguesa atingiu o patamar explosivo da ‘produção destrutiva’.

No período em que tais limites ainda não haviam sido atingidos, as crises revolucionárias não conseguiram se generalizar. O sistema do capital possuía, então, os recursos necessários para isolar tais crises e fazer que em tais revoluções, pelas vias mais diversas, não se rompesse o sistema do capital. Por outro lado, a saída nacional – portanto, no interior dos limites da ordem burguesa – para tais crises era ainda uma possibilidade a ser explorada, como o foi, pelas tendências termidorianas no interior dos próprios processos revolucionários. Daqui o predomínio do stalinismo (e sua variante, o maoísmo) no movimento operário revolucionário até a década de 1960; daqui a sua decadência posterior.

Nos países imperialistas, as possibilidades de deslocamento das contradições associadas às necessidades de um mercado consumidor mais volumoso favoreceram o predomínio das propostas reformistas típicas da II Internacional – organização global de partidos sociais democratas, socialista e *labour* (trabalhistas) fundada em 1889, pela facção marxista após a cisão da Associação Internacional dos Trabalhadores, sendo por isto também chamada de Segunda Internacional. O reformismo no movimento operário mais desenvolvido se associou historicamente às alternativas termidorianas nos países que fizeram revoluções e a consequência dessa derrota histórica foi o desarme ideológico e político, prático e organizacional, da classe operária em escala planetária.

## O PERÍODO CONTRA-REVOLUCIONÁRIO: OS TRABALHADORES DESARMADOS

As revoluções são relativamente recentes na história. O patamar de desenvolvimento das forças produtivas (das capacidades humanas) imprescindível à sua eclosão foi atingido apenas com a acumulação primitiva e a primeira revolução foi a Inglesa do século XVII. Todavia, a primeira revolução no sentido planetário-universal do termo foi a Francesa (1789-1815). Ela converteu não apenas a Europa em um território fundamentalmente livre para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, como ainda reordenou o mundo colonial para o mais pleno desenvolvimento do mercado.

Desde a Revolução Francesa até os nossos dias, nunca a humanidade ficou tantos anos seguidos sem ao menos uma revolução na ordem do dia. Talvez os 46

anos entre a Comuna de Paris e a Revolução de 1917 possam ser comparáveis no tempo, mas não na intensidade. Em seu interior tivemos a Revolução Russa de 1905, a Guerra dos Bálcãs com um cenário revolucionário no horizonte, o desenvolvimento dos grandes sindicatos e partidos social-democratas, principalmente na Alemanha etc. E foi um período de efervescência teórica, com Lênin, Rosa, Trotsky sendo o ápice de uma ou duas gerações de pensadores ainda por serem iguadas.

Desde 1949, com o final da Revolução Chinesa, tivemos poucos e isolados movimentos revolucionários. Cuba, Argélia e Vietnã, na década de 1960, são seguidos da queda do Império Português na África em meados de 1970 e, depois, ao final desta década, a tomada do poder pelos aiatolás no Irã e a queda da ditadura Somoza na Nicarágua. Nenhum desses movimentos, exceto a Revolução Chinesa, teve impacto internacional considerável. Os acontecimentos no Irã e na Nicarágua dificilmente poderiam ser caracterizados como uma revolução socialista, nem sequer nas suas intenções; todavia, mesmo que o fizéssemos, ainda assim seriam, desde 1979, cerca de 30 anos sem revoluções! Se formos mais rigorosos, já estamos há 60 anos (desde a entrada do Exército Vermelho em Pequim) sem revoluções – e sem indícios de que este quadro esteja por se reverter no curto prazo.

Um período contra-revolucionário caracteriza-se não pela ausência de conflitos, revoltas, guerras, guerras civis, massacres etc. Isto faz parte do modo de ser do capitalismo (é dele uma determinação ontológica). Capitalismo e as mais variadas formas de conflito são, com algum exagero, sinônimos. O que diferencia um período revolucionário de um período contra-revolucionário é o sentido histórico que os conflitos assumem – e este sentido é dado pela totalidade, pelas tendências históricas universais subjacentes a cada conflito, já que é a totalidade o momento predominante da reprodução social.<sup>12</sup> Hoje, os conflitos evoluem (ou involuem) no sentido da absorção pelo sistema do capital e não de sua ruptura. Os conflitos não se generalizam e, isolados, são, mais cedo ou mais tarde, dominados pela ordem do capital.

A complexidade da situação em que vivemos tem, portanto, duas determinações básicas. Primeira, a classe operária não comparece na reprodução da sociedade como o antagonista do capital que ontologicamente continua sendo (voltaremos a esse aspecto mais à frente); segunda, vivemos um período contra-revolucionário que coincide por décadas com a crise estrutural do capital. Em outras palavras,

---

<sup>12</sup> Porque é a totalidade a mediação entre a economia, que contém em seu interior o trabalho, a categoria fundante de cada sociabilidade, e os complexos sociais parciais. Tratamos disso, com algum cuidado, em Lessa (1995b e 2002).

ainda que continue a produzir o ‘conteúdo material da riqueza social’, a classe operária apenas pode fazê-lo sob a forma de capital. O que significa, sem remissão, que produz a potência social que a oprime e expropria. Este fato da vida ou adentra à consciência proletária que, assim, pode responder à essa situação de modo revolucionário ou, então, não o faz e a classe operária fica reduzida a um apêndice da burguesia. Apêndice, porque será sempre a extensão do capital constante no processo produtivo; apêndice porque será a burguesia que dará as cartas na condução da sociedade. Todavia, esse fato da vida é fundante da sociedade burguesa e, mais cedo ou mais tarde, se fará presente na consciência dos trabalhadores – afinal, a existência determina a consciência.

A segunda determinação decisiva do momento em que vivemos é a coincidência, inédita na história, de uma crise contra-revolucionária com o início da crise estrutural do capital. Se as misérias do presente não são enfrentadas como tais, se as causas mais profundas não podem ser confrontadas como causas (Mészáros, 2002), a produção destrutiva tem apresentado, e continuará a apresentar no futuro, uma única possibilidade: a superação do capital ou a destruição da humanidade – quer por uma hecatombe ecológica, nuclear, uma epidemia, ou mesmo uma crise geral do sistema que promova uma regressão das forças produtivas sem que seja rompido o sistema do capital.

O que particulariza nosso momento histórico é, portanto, a sua instabilidade. Nenhuma das tendências de fundo que têm predominado nas últimas décadas reúne condições para continuar a predominar indefinidamente. Mais cedo ou mais tarde a consciência proletária se aproximará de suas reais condições de existência e a crise estrutural encontrará sua expressão revolucionária. E tal como esse é um período contra-revolucionário *sui generis*, também o será a crise revolucionária que virá: a primeira irremediavelmente planetária, na qual as saídas nacionais (vale dizer, termidorianas) não mais serão possíveis porque nenhum dos problemas decisivos poderá ser encaminhado nas fronteiras nacionais.

O desenvolvimento desigual e combinado parece cobrar da humanidade um elevado preço: a humanidade tem permitido que as tendências mais intensamente alienadas (a ‘produção destrutiva’) predominem na história apesar das crescentes potencialidades revolucionárias. A classe operária continua dominada pela concepção de mundo reformista/individualista e, portanto, ideologicamente está desarmada para fazer frente ao aprofundamento de sua exploração e despreparada para assumir sua identidade de sujeito revolucionário. As personalidades de cada um de nós, tipicamente, envolvem buscando se constituir em impossíveis mônadas,

com uma existência independente da história. A cisão *citoyen/bourgeois*, que é uma das determinações ontológicas do homem burguês, se aprofunda e a integridade da personalidade é ameaçada pelos processos alienantes cotidianos. A expressão afetivo-individual desse quadro está no fato de ser a depressão, hoje, a maior causa de perda de jornadas de trabalho por doenças nos Estados Unidos e, entre nós, a segunda causa. A expressão genérica é o novo patamar do antagonismo entre as relações de produção capitalistas e o desenvolvimento das forças produtivas que se expressa na ‘produção destrutiva’. Este é um quadro típico de um período contra-revolucionário. E, uma vez mais, como em todo período contra-revolucionário, as contradições se aguçam a cada dia.

Tanto quanto eu consigo entender desse complexo processo – e com a certeza que o seu conhecimento apenas pode se dar por aproximações sucessivas, pois muitas de suas determinações mais importantes apenas se revelam como tais posteriormente – é este o pano de fundo da discussão sobre o trabalho e das classes sociais: o mais intenso e, talvez, mais extenso período contra-revolucionário conhecido pela humanidade, no interior do qual a classe operária continua sendo fundante da ordem capitalista embora não compareça nas lutas de classe como antagonista do capital que é. Perdida a sua identidade – perdida a sua conexão com a história – aparentemente ela se dilui entre os outros assalariados. Perdida a sua identidade, os caminhos da revolução aparentemente teriam se desviado: agora ela se daria pela mediação do Estado e da luta parlamentar; ou então, pela mediação do Estado de tipo soviético. Sem o proletariado como sujeito revolucionário, é necessário um novo projeto de revolução: não é por acaso que os novos projetos, em sua quase totalidade, degradam a revolução levando-a a algo compatível com a manutenção da propriedade privada.

É nesse contexto que ocorre o anúncio do fim do trabalho e da classe operária.

## O DEBATE SOBRE O TRABALHO

Permitam-me uma pequena provocação. Apesar de todas as mudanças, nas fábricas e no campo continuamos a ter trabalhadores manuais; tanto nas fábricas como no campo continua a haver uma clara distinção hierárquica entre aqueles que controlam/comandam o processo produtivo e aqueles que executam a produção; nos serviços, o mesmo. Nas nossas cidades continuamos a ter bairros residenciais burgueses e bairros de trabalhadores; continuamos a ter *shopping centers*, feiras, lojas, fábricas e oficinas; continuamos a conhecer a distinção entre bairros residenciais

e zonas industriais ou comerciais etc. Se é verdade que vivemos em um turbilhão de transformações, também é verdade que esse turbilhão nem ocorre por acaso nem é carente de uma direção; ocorre no interior do modo de produção capitalista e continuam tendo como seu momento predominante as tendências históricas universais que lhe são essenciais: a reprodução ampliada do capital e sua determinação reflexiva, o fetichismo da mercadoria.

Todavia, se examinarmos parte substantiva da copiosa bibliografia sobre a relação entre o trabalho e a sociedade, desde a passagem da década de 1950 para a de 1960 até hoje, é enorme a quantidade de autores que afirmam justamente o oposto: as novas tecnologias – sejam elas a automatização da década de 1960, seja a automação do final do século XX – promoveriam tal alteração no modo de produção que as classes sociais estariam vivendo uma alteração essencial. Esse espírito do tempo se fez presente em uma quase infinita lista de autores. *La Nouvelle Classe Ouvrière*, de Sergio Mallet (1963) talvez seja o primeiro clássico. A automação e as novas tecnologias promoveriam a incorporação, no trabalho manual, de “operações estritamente intelectuais” (Mallet, 1963: 9) o que, por sua vez, conduziriam às “fábricas sem operários’ da automatização, telecomandadas a distância e supervisionadas por telas de televisão dos escritórios técnicos da direção parisiense.” (Mallet, 1963: 139-140) O engenheiro estaria se convertendo em “proletário” (Mallet, 1963: 12-13), “os serviços dos escritórios que preparam as condições da produção propriamente dita” (Mallet, 1963: 13) teriam se convertido em trabalho produtivo, de tal modo que “a força manual de trabalho cede lugar ao exercício das faculdades psicofisiológicas, a fadiga nervosa substitui a fadiga física” (Mallet, 1963: 12-13).<sup>13</sup>

Harry Braverman, em seu *Trabalho e Capital Monopolista* (primeira edição em 1974), chega a conclusões semelhantes por um outro viés. Em vez de, como em Marx e na economia política clássica, caracterizar o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valia, e o improdutivo como o que não a produz, ele propõe: trabalho produtivo é aquele incorporado à circulação do capital e o improdutivo o que ainda não o teria sido – os remanescentes dos modos de produção anteriores,

<sup>13</sup> Essa tese se tornou tão corriqueira que mesmo autores contemporâneos, mais de meio século depois, a repetem, por vezes quase literalmente: as mutações do mundo do trabalho estariam promovendo “uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo no capitalismo contemporâneo”, de tal modo que “talvez se possa dizer que o dispêndio de energia física da força de trabalho está se convertendo, *ao menos nos setores tecnologicamente mais avançados do processo produtivo*, em dispêndio de capacidades intelectuais” (Antunes, 1999: 129).

já que, com o desenvolvimento do capitalismo, “quase toda a população transformou-se em empregada do capital” (Braverman, 1981: 342. Cf. tb. p. 344-345), as “massas” de trabalho produtivo e improdutivo “não estão absolutamente em flagrante contraste e não precisam ser contrapostas uma à outra. Elas constituem uma massa contínua de emprego que, atualmente e diferentemente da situação nos dias de Marx, têm tudo em comum” (Braverman, 1981: 357). Seriam agora, igualmente, exploradas pelo capital, de tal modo que não mais teria qualquer significado considerarmos serem distintas classes sociais. A contradição fundamental seria agora entre a condição de assalariamento e o capital (Braverman, 1981: 354).

Na seqüência cronológica é significativo *Adeus ao Proletariado*, de André Gorz. Sua tese: “O capitalismo deu nascimento a uma classe operária (mais amplamente: um salariado) cujos interesses, capacidades e qualificações estão na dependência de forças produtivas elas mesmas funcionais apenas com relação à racionalidade capitalista” (Gorz, 1980a: 26).

Em poucas palavras, Gorz também identifica proletariado e assalariados para concluir que o horizonte histórico (os “interesses, capacidades e qualificações” da antiga classe revolucionária se restringiria, hoje, aos horizontes do capitalismo. Como o proletariado é o resultado histórico do desenvolvimento das forças produtivas burguesas, não poderia ter como objetivo “existencial” a “autonomia”. O individualismo burguês “solapa a capacidade que teria o proletariado, se todos os seus membros se unissem, de enxotar a burguesia do poder e de pôr fim à sociedade de classes” (Gorz, 1980a: 47).

A solução proposta por Gorz é, para sermos breves, insensata. O sujeito revolucionário seria a “não-classe” dos “não-trabalhadores” (Gorz, 1980a: 16). Gorz não consegue explicar satisfatoriamente como essa não-classe surgiria no capitalismo sem ser, tal como a classe operária, produto do capitalismo. Nem, claro está, consegue delimitar o que seria uma “não-classe” e o que seriam os “não-trabalhadores”.

Entre Mallet (1963) e Gorz (1980a), uma infinidade de autores caminharam no mesmo sentido: as atividades de controle da produção e a produção fundiram-se ou se aproximaram a tal ponto que não mais pertenceriam a classes sociais distintas. Dos “quadros superiores da sociedade” (Mallet, 1963) – o burocrata do Estado, o engenheiro e o administrador de pessoal – até o operário industrial ou agrícola, haveria a continuidade de uma mesma classe: os “assalariados” (Braverman, 1981), a “nova classe operária” (Mallet, 1963), o “assalariado” etc. O fato de que, entre alguns autores do período, o que estaria havendo não seria uma dissolução dos operários entre os assalariados, mas uma proletarização dos assalariados

(o texto mais influente é o de Pierre Belleville, 1963), não altera fundamentalmente a questão. Trata-se de variações da mesma tese, qual seja, o desaparecimento das fronteiras entre o proletariado e os demais assalariados.

Ao lado da concepção de que a fronteira entre o assalariado e o proletário estaria desaparecendo ou já não mais existiria, uma peculiar interpretação de Marx também vai se afirmando nesses anos. Marx teria sido impreciso, contraditório, no tratamento das categorias trabalho, trabalho abstrato, trabalho produtivo, trabalho improdutivo e das classes sociais. E, para demonstrar esse fato recorre-se à contra-posição de manuscritos de Marx como os *Grundrisse* ou o “Capítulo VI – Inédito” ao texto de *O Capital*. Como tais manuscritos fazem parte da evolução de Marx em direção a *O Capital* ao longo de uma década, seria surpreendente se não houvesse descompassos, diferenças e contradições. Para se ter uma idéia da distância que há entre tais rascunhos e a obra acabada, no “Capítulo VI – Inédito” Marx afirma que, em algumas circunstâncias, a burguesia realizaria trabalho produtivo. Tal conceito de trabalho produtivo é incompatível com outras passagens do próprio *Capítulo VI – Inédito* em que Marx o define como aquele produtor de mais-valia – e, claro, a burguesia não pode ser produtora de mais-valia porque é a classe que, por definição, dela se apropria. Nada semelhante pode ser encontrado em *O Capital*. O que tais manuscritos têm de interessante é o fato de que nos possibilitam compreender o caminho percorrido por Marx até alcançar a maturidade de suas categorias com a quarta edição do volume I de *O Capital*. Longe de ser casual, equiparar os manuscritos ao texto final é um procedimento indispensável para argumentar a inconsistência de Marx. Em *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo* (Lessa, 2007a) analisamos as interpretações de vários autores que defendem essa tese,<sup>14</sup> buscando salientar suas inconsistências. Os leitores interessados encontrarão lá o que não temos espaço para expor agora. Desejamos apenas assinalar que esse modo de desautorizar Marx argumentando sua incoerência pela contraposição dos seus rascunhos com o texto final do volume I de *O Capital* já está firmemente estabelecido nesses anos que estamos estudando e prossegue até os nossos dias.

Até o início da década de 1970, os dois grandes argumentos empíricos amplamente empregados pelos autores que postulavam o desaparecimento da classe operária eram os processos de automatização que conduziriam, segundo muitos, ao desaparecimento do trabalho manual pelas ‘fábricas sem homens’ e, em segundo

<sup>14</sup> Em especial no Prefácio, com algumas considerações de caráter metodológico, e na Parte II, em que estudamos Nagel, Lojikne, Polantzas e Bernardo.

lugar, o Estado de bem-estar como a superação histórica do Estado burguês na acepção marxiana de instrumento especial de repressão contra os operários. Para tais teses, o início da crise estrutural do capital e o desaparecimento do Estado de bem-estar nos anos de 1970 têm um impacto profundo. Retiram os pretensos argumentos empíricos a favor da hipótese de que uma transformação essencial no modo de produção estaria conduzindo o proletariado ao desaparecimento.

Seria de se esperar que uma negação tão cabal pela história levasse a um reexame profundo dos pressupostos teóricos, empíricos e metodológicos de tais autores e teses. Todavia, o resultado foi o oposto. Reconhece-se o inevitável: a automação, as fábricas automáticas, a elevação dos salários e do poder aquisitivo dos trabalhadores, o Estado de bem-estar etc., de fato não haviam conduzido ao desaparecimento do proletariado. Mas, ato seguinte, postula-se que as novas tecnologias da robótica e da informática, junto com a reestruturação produtiva, realizariam o que foi anunciado nas décadas anteriores. O erro dos autores, de Mallet a Gorz (de *Adeus ao Proletariado*), não estaria em anunciar o fim do proletariado, mas sim em imaginar que tal fim seria resultado do fordismo e do Estado de bem-estar. Se o proletariado não desaparecera nas décadas de 1960 e 1970, desapareceria até o final do século XX com a informatização, a robotização, a reestruturação produtiva, a produção flexível etc. Tem início, assim, uma nova rodada de teorias que reafirmam a antiga tese de que as novas tecnologias superariam o capitalismo e a sua estrutura peculiar de classes, entre estas e principalmente, o proletariado.

O livro que inicia essa nova rodada talvez seja *The Second Industrial Divide*, de Michael Piore e Charles Sabel (1984). Em uma detalhada análise da situação das indústrias automobilísticas estadunidenses, conclui que sem o abandono de tudo o que o fordismo encarava como virtude não haveria salvação. O novo paradigma levaria à substituição de uma classe trabalhadora com uma identidade de massa e que tinha na quantidade a sua principal força, por uma outra fragmentada e carente de identidade, na qual os indivíduos perseguem, antes individual que coletivamente, sua sobrevivência no mercado de trabalho. Isto daria origem a uma sociedade verdadeiramente democrática de pequenos produtores.

No final de década de 1970, início dos anos 1980, uma outra tendência – em quase tudo independente dos autores que estamos tratando até aqui – requebra os argumentos sobre a fusão da classe operária com os trabalhadores assalariados. E ela terá uma importância considerável porque nasce no seio de alguns partidos comunistas europeus e, em seguida, contribuirá para o desenvolvimento, tomando-se por base a obra de Ota Šik – membro do governo tchecoslovaco deposto

pelas tropas soviéticas em 1968 – da Terceira Via, cujo mais notório defensor foi Anthony Giddens. Diz Šik:

intelectuais teóricos e econômicos, os peritos, engenheiros, organizadores da produção, projetistas, construtores, investigadores, cientistas, que trabalham dentro e fora das grandes firmas (...) Constituem hoje a parte mais importante destas forças [produtivas da sociedade] e cada vez mais lideram as mudanças socioeconômicas progressistas que garantem um desenvolvimento mais efetivo e adequado às necessidades e interesses sociais. (Šik, 1977: 101)

Não apenas o proletariado teria se fundido com os setores assalariados, mas ainda caberia a tais setores a liderança no desenvolvimento humano. Conseqüentemente, o socialismo possível manteria o trabalho assalariado, portanto o mercado, portanto – conseqüência ineludível – o próprio capital. Socialismo e mercado são agora compatíveis. Esta tese serve à defesa como socialista da União Soviética e, também, aos sociais-democratas que postulam uma transição pelo mercado e através do Estado.

É nesse contexto e também do interior do campo marxista, que vem a público a *Sociedade Informática*, de Adam Schaff. Publicado em 1985 (no Brasil, em 1990), prevê, com todas as letras, que até “o final do século” XX (Schaff, 1990: 28), o trabalho manual teria desaparecido e se convertido em “um passatempo *sui generis*, provavelmente recomendável pelos médicos, mas desaparecerá como fenômeno socioeconômico” (Schaff, 1990: 126). “É (...) um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá (...) e portanto[,] também a classe trabalhadora” (Schaff, 1990: 43). Com o fim do trabalho manual, não faz mais qualquer sentido a distinção entre ele e o trabalho intelectual. As conclusões de Schaff são bastante previsíveis: a superação da contradição campo cidade num futuro “muito próximo” (Schaff, 1990: 47, 126); a “ciência tornar-se-á a força produtiva primária”, o “desaparecimento da classe operária”; e a necessidade por novos partidos e um novo movimento sindical (Schaff, 1990: 126). Tal desenvolvimento nos conduziria ao paraíso com o surgimento dos

pressupostos para uma vida humana mais feliz; [que] eliminará aquilo que tem sido a principal fonte da má qualidade de vida das massas na ordenação do cotidiano: a miséria ou, pelo menos, a privação. Abrirá possibilidades para a plena auto-realização da personalidade humana, seja liberando o homem do árduo trabalho manual e do monótono e repetitivo trabalho intelectual, seja lhe oferecendo tempo livre necessário e um imenso progresso do conhecimento disponível, suficientes para garantir seu desenvolvimento. Deste modo, o homem receberá tudo o que constitui o fundamento

de uma vida mais feliz. Todo o restante dependerá dele, de sua atividade individual e social. (Schaff, 1990: 155)

O quanto Schaff estava equivocado se evidenciou, de modo espetacular, apenas quatro anos depois da sua publicação. A sua avaliação de que as economias de tipo soviético teriam menores dificuldades para se adaptar aos novos tempos por não conhecerem a propriedade privada é frontalmente negada pela queda do muro de Berlim. Além disso, já adentramos ao final da primeira década do século XXI e nem desapareceu a distinção entre cidade e campo, entre o trabalho manual e o intelectual e entre a burguesia e o proletariado. As fábricas sem homens, de Mallet, já negadas pela história passada, são novamente desautorizadas pelo desenvolvimento mais recente.

Outro texto emblemático do clima teórico do final do século foi a *Revolução Informacional* de Jean Lojkin (1995), membro da velha guarda do Partido Comunista francês. Seu pressuposto, do qual decorrem todas as suas principais teses, é de que haveria potencialidades para a superação da sociedade mercantil (isto é, o capitalismo) nos novos desenvolvimentos tecnológicos (Lojkin, 1995). E estas potencialidades decorreriam do fato de que a mercadoria é algo material e, como viveríamos em uma sociedade da informação e a informação seria algo não material,<sup>15</sup> então estaríamos a um passo de superar as mercadorias, isto é, o capital. E, como a informação se expandiria a toda a sociedade (em alguns momentos o texto parece sugerir que seria a informação a categoria fundante da nova sociabilidade), então não teria mais qualquer sentido a “divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade” (Lojkin, 1995: 11-12). Não apenas a divisão entre o trabalho manual e o intelectual estaria irremediavelmente comprometida em termos históricos, mas também “todo o edifício das sociedades de classe” (Lojkin, 1995: 269). Daqui o autor vai para o terreno comum: o desaparecimento do proletariado, a necessidade de um outro projeto revolucionário a ser levado avante por um outro sujeito histórico. O novo projeto revolucionário seria a democratização das informações, o novo sujeito: ‘todos’! Sem distinção de classe (que já não mais existiriam).

O último conjunto de autores/teses que nos parece significativo para pontuar a evolução do debate é aquele composto por Antonio Negri, Maurizio Lazzarato e Michael Hardt – com um seu representante no Brasil, Giuseppe Cocco. A tese de

<sup>15</sup> “A informação necessita da massa e da energia como suporte, mas, em si, ela é imaterial, posto que represente ‘este algo que faz com que o todo não seja apenas a soma das partes’” (Lojkin, 1995: 113).

fundo de tais autores é que o motor da história moderna teria sido o ‘amor pelo tempo por se constituir’. Teria sido ele que, movendo multidões, destruiu o feudalismo, realizou a transição ao capitalismo e, desde as jornadas de 1968, tem realizado, nos interstícios do capital, a transição para o comunismo. Segundo tais autores, a crise estrutural do capital seriam as dores de parto do comunismo – e o móvel dessa transição seria a recusa do proletariado a continuar sendo explorado nas fábricas fordistas. Cansado da massificação e do controle, os operários abandonaram as fábricas forçando os burgueses a desenvolverem novas tecnologias menos dependentes da força de trabalho: para sermos breves, o modelo japonês. As filas de desempregados buscando qualquer emprego, mesmo o mais fordista, não cabem na teoria: os operários abandonaram as fábricas e não foram desempregados em uma escala estruturalmente desconhecida.

É esse movimento, segundo eles, que está na origem do ‘trabalho imaterial’, isto é, da expressão do comunismo nascente em nosso cotidiano: não haveria mais, hoje, a distinção entre fruir e produzir, entre conceber e produzir, entre controlar e produzir. A produção teria se ‘desterritorializado’ porque a fábrica teria deixado de ser o território exclusivo da produção: viver e produzir seriam, hoje, sinônimos. Tudo teria se fundido no trabalho imaterial e, com isso, as classes sociais estariam desaparecendo.

Lembremos que, nesses anos, a Escola da Regulação conhecia seus quinze minutos de fama e que Jürgen Habermas publicava a *Teoria do Agir Comunicativo*. Apesar de distintos, um aspecto os aproxima: a concepção de que a humanidade avança por consensos e que, por isso, a luta de classes é um obstáculo à história. A busca e a construção do consenso seriam a chave para a superação dos problemas dos nossos dias – uma postura que Habermas abertamente, e a Escola da Regulação apenas envergonhadamente, reclama da herança kantiana. Próximo movimento: o mercado é considerado uma dimensão insuperável da vida. De acordo com um autor famoso na época, não poderíamos superar o mercado mais do que poderíamos superar a lei da gravidade. Nas palavras de Rui Braga, tratando da Escola da Regulação:

Que não reste lugar a dúvidas: estamos frente a uma recriação, com ares metafísicos, da velha tese hobbesiana: ser humano é disputar com o outro o ‘ter’, a posse privada das coisas. Esta a essência humana. Por isso a moeda é a expressão universal e historicamente mais desenvolvida do que os homens são e, por isso, sua perenidade na história. (Braga, 2003: 75-76)

## UMA PLETORA DE EQUÍVOCOS

Não foram poucos os que, desde Mallet, têm postulado a tese de que o desenvolvimento das novas tecnologias conduziria para além do capital. Acreditaram em um poder quase milagroso da tecnologia: a oposição ‘como inimigos’ entre o trabalho intelectual e o manual, a contradição entre o trabalho e o trabalho abstrato, as alienações típicas do fetichismo da mercadoria etc., seriam superáveis pelo desenvolvimento da tecnologia. Tudo como se o fato de esta se desenvolver no modo de produção capitalista não restringisse o seu desenvolvimento aos limites da reprodução do capital.

Marx nunca padeceu desse tipo de ilusão. Em *O Capital*, por exemplo, afirmou com todas as letras, citando John Stuart Mill, que “É de se duvidar que todas as invenções mecânicas até agora feitas aliviaram a labuta diária de algum ser humano”. E comentava em seguida:

Tal não é também de modo algum a finalidade da maquinaria utilizada como capital. Igual a qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, ela se destina a baratear mercadorias e a encurtar a parte da jornada de trabalho que o trabalhador precisa para si mesmo, a fim de encompridar a outra parte da sua jornada de trabalho que ele dá de graça para o capitalista. Ela é meio para produção de mais-valia. (Marx, 1985: 7)

E, algumas centenas de páginas à frente, acrescenta:

dentro do sistema capitalista (...) todos os meios para o desenvolvimento da produção se convertem em meios de dominação e exploração do produtor, mutilam o trabalhador, transformando-o num ser parcial, degradam-no, tornando-o um apêndice da máquina; aniquilam, com o tormento de seu trabalho, seu conteúdo, alienam-lhe as potências espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência é incorporada a este último como potência autônoma (*die Wissenschaft als selbständige Potenz*, Marx, 1985: 675); desfiguram as condições dentro das quais ele trabalha, submetem-no, durante o processo de trabalho, ao mais mesquinho e odioso despotismo, transformam seu tempo de vida em tempo de trabalho, jogam sua mulher e seu filho sob a roda de Juggernaut do capital. (Marx, 1985: 209-210)

Foi assim no passado, foi assim no Estado de bem-estar, é assim no presente.

Estudos recentes, muitos deles empíricos (Brito, 2005; Carvalho, 1987; Druck, 1999; Gounet, 1999; Hirata, 2002; Howard, 1999; Krupat, 1999; Kumar, 1997; Marcelino, 2004; Mort, 1999; Prieb, 2005; Ross, 1999) indicam precisamente o mesmo: com a reestruturação produtiva o trabalho se torna mais duro, o controle se torna mais eficaz. Em um dos estudos mais impressionantes, porque realizado em meados

de 1980, e ainda sob a sensível influência das teses de Benjamin Coriat e da Escola da Regulação, Ruy de Quadros Carvalho descreve como os robôs aumentam a produtividade também porque aumentam o controle sobre o trabalho proletário (Carvalho, 1987: 132-133, 221-223) e intensificam, em vez de superar, a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O trabalho manual se torna ainda mais simplificado, intercambiável, do que no fordismo:

a nova tecnologia e a nova organização social do trabalho (...) tornaram o trabalho *padronizado* em toda linha, isto é, tomaram os trabalhadores mais intercambiáveis entre si. Pode-se falar ainda em simplificação, no sentido de que as tarefas que exigiam habilidades especiais foram eliminadas.

Tudo isso se traduz em *economia de custos*, à medida que há mais flexibilidade na alocação da mão-de-obra. (Carvalho, 1987: 132-133)

Ao final de sua investigação, Carvalho argumenta que não estaríamos vivendo no Brasil a superação do fordismo, mas sim sua intensificação e extensão a áreas da produção que não podiam antes, em virtude das peculiaridades da própria produção,<sup>16</sup> serem submetidas às técnicas fordistas (Carvalho, 1987: 221).

Existiam dados de que essa continuidade fundamental entre o fordismo e o toyotismo, ou produção flexível, não seria específica da realidade brasileira. Krishan Kumar, por exemplo, em 1995, publicava na Inglaterra um amplo panorama das teses em debate para concluir, depois de mencionar os estudos de Kevin Robins e Frank Webster (1987 e 1989), que a ‘sociedade da informação’ nada mais seria que a ‘aplicação ulterior do taylorismo’. E, no mesmo estudo, denunciava uma manipulação de dados com a clara intenção de legitimar como superadoras do capitalismo as novas tecnologias (Kumar, 1997). Prossegue arguindo que, mais do que a técnica da linha de montagem e o taylorismo, o fordismo seria o modo capitalista por excelência de controle do trabalho. Entre o período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial e o presente teríamos uma profunda identidade por sob a aparência de algumas novidades (Kumar, 1997).

Dos últimos textos a intervirem neste debate, talvez o mais instigante seja o de Helena Hirata: *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* (2002). Ao investigar como “os estereótipos sexuais, as identidades sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados na gestão da mão-de-obra no mundo industrial” (Hirata, 2002: 19), a autora traça um riquíssimo panorama das

<sup>16</sup> Sobre as novas áreas que podem ser submetidas ao padrão fordista intensificado pelas novas tecnologias, cf. Carvalho, 1987: 78-79.

indústrias automobilística, eletrônica, têxtil, de vidros, gráfica, de papel, siderurgia, mecânica, petroquímica e de embalagens, no Brasil, na França e no Japão. Os dados levantados permitem-lhe argumentar convincentemente a complementariedade entre as novas formas de gerência e as velhas técnicas tayloristas, numa superposição que, ao mesmo tempo, renova as práticas taylorizadas e confere maior flexibilidade aos processos de trabalho. ‘Em primeiro lugar’, porque a nova forma de organização não “invade a organização de trabalho tradicional que estrutura a linha hierárquica de comando.” Em segundo lugar, porque possibilita “diminuir a porosidade da jornada de trabalho e acelerar o ritmo”; possibilita que continue a ser aplicado o clássico “controle das pausas e interrupções” das “práticas tayloristas” e também permite diminuir o “tempo morto”, ainda que pela via da mobilização e emulação e não pelo controle taylorista padrão (Hirata, 2002: 40-41). Do mesmo modo, a divisão sexual do trabalho continua mantendo as mesmas características do período anterior à reestruturação produtiva, ou seja, a potencialização da hierarquia das fábricas pela sua fusão com a hierarquia patriarcal da sociedade (Hirata, 2002: 41-42, 111 e segs., 120, 152, 166 e segs.).

Esta situação permite à autora questionar “as conceituações correntes sobre a emergência de novos paradigmas” (Hirata, 2002: 61): “a idéia do ‘fim do fordismo’ é fortemente questionada quando se considera a divisão sexual e a divisão internacional do trabalho” (Hirata, 2002: 61-62, v. tb. 222-224): o “taylorismo não acabou” (Hirata, 2002: 230). Mesmo em se tratando das indústrias que tenham sido mais afetadas pela reestruturação produtiva, cita com aprovação um estudo de D. Kergoat que conclui que “A divisão social do trabalho tende a aumentar com a evolução tecnológica tanto no nível da divisão sexual do trabalho quanto no da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual” (Hirata, 2002: 203).

Nem mesmo nas empresas manufactureiras de ponta, podem ser confirmadas as teses pós-fordistas:

o aumento de flexibilidade, na medida em que realmente ocorre, não é sinal de algum novo princípio de trabalho e organização, mas da continuação de padrões tradicionais de segmentação do mercado de trabalho por sexo, raça e idade. Os padrões foram adaptados às mudanças setoriais na economia – a evolução da manufatura para os serviços – e intensificadas por políticas públicas, como as formuladas para enfrentar o desemprego entre os jovens. (Kumar, 1997: 71)

Além dos estudos de Hirata, Carvalho e Kumar – com a copiosa bibliografia e a profusão de dados empíricos que contêm –, na medida que os limites da robotização e da automação vão se fazendo mais evidentes, ganham importância os elos

que articulam o fordismo ao toyotismo. Interessante, neste aspecto, são as descrições de como, já na década de 1960, os sintomas da crise que se aproximava originaram a iniciativas que, depois, seriam apropriadas pelos industriais japoneses (Gorz, 2003: 68) e, desenvolvidas, se generalizarão pelo mundo. Um destes estudos é o de Dominique Pignon e Jean Quetzola, num texto primeiro publicado em 1972 e, depois, em uma forma mais desenvolvida, na coletânea organizada por Gorz, *Crítica da Divisão do Trabalho* (Gorz, 1980b), demonstra como vários dos elementos que seriam depois tipificados como toyotismo já estavam presentes no cenário estadunidense até mesmo em empresas de grande porte como a International Telephone & Telegraph (ITT).

O potencial transformador das relações de produção e, portanto, o potencial superador do capitalismo, das ditas tecnologias de informação tem sido fantásticamente superestimado. As evidências empíricas indicam justamente o contrário e validam a concepção de Marx e de Lukács sobre a relação entre modo de produção e tecnologia. Não passa de ilusão a hipótese de que os avanços tecnológicos das últimas décadas superariam a distinção entre o trabalho abstrato produtivo e o improdutivo e a oposição ‘como inimigos’ do trabalho manual com o intelectual. Pelo contrário,

As novas tecnologias da informação foram desenvolvidas *em, pelas e para* as economias capitalistas avançadas – a dos Estados Unidos em particular. (...) O controle da força de trabalho, o aumento da produção, a conquista de mercados mundiais e a acumulação ininterrupta de capital são as novas influências dinâmicas sob as quais ocorre o desenvolvimento das novas tecnologias de informação. (Schiller, 1985: 37 *apud* Kumar, 1997: 43)

Além disso, o maior cliente das novas tecnologias de informação e o maior financiador das pesquisas é o complexo industrial-militar (Kumar, 1997: 44).

Nada em nosso momento histórico nos possibilita conceber, nem sequer tendencialmente, que esteja superada a contundência desta descrição de Gorz das relações de produção capitalista:

A organização opressiva do trabalho tem por objetivo afirmar (...) [o poder ‘absoluto, despótico, do capitalista nos lugares de produção’]; ela manifesta – assim como o caráter opressivo da arquitetura industrial, a feiúra, a sujeira, o barulho, a fumaça, o desconforto das oficinas – a dominação sem partilha do capital. (...) As técnicas capitalistas não visavam a maximizar a produção e a produtividade *em geral* de trabalhadores *quaisquer*; elas eram concebidas para maximizar a produtividade *para o capital* de trabalhadores que não tinham razão alguma para se empenharem, já que os objetivos de sua produção lhes eram ditados por vontade inimiga. Para obrigá-los a

dobram-se a esta vontade, era necessário que eles perdessem (...) o poder – composto de habilidade, de conhecimento profissional, de *savoir-faire* de assegurar o funcionamento das máquinas por eles mesmos, sem o auxílio de um enquadramento hierárquico formado por engenheiros, técnicos, profissionais da manutenção, preparadores, etc., um pessoal que *tecnicamente* a fábrica podia dispensar, mas cuja função política consiste em perpetuar a dependência dos operários, sua subordinação, sua separação dos meios e processos de produção. A função da hierarquia da fábrica, em última análise, é subtrair ao controle operário as condições e as modalidades do funcionamento das máquinas, tornando a função de controle uma função separada. (Gorz, 1980b: 82-83)

E, conseqüentemente, mantêm-se ou se aprofundam as distinções entre os ‘trabalhadores científicos e técnicos da indústria’ e a ‘classe operária’,

o fato é que os trabalhadores técnico-científicos produzem meios de exploração e de opressão dos operários e devem aparecer a estes como agentes do capital; porém os operários não produzem meios de exploração dos trabalhadores técnico-científicos. A relação entre uns e outros, *onde ela é direta* não é uma relação de reciprocidade: é uma relação *hierárquica*. (Gorz, 1980b: 225)

Mais avante, acrescenta:

É por isso que todos os que, acobertados pela competência técnica, são chamados a supervisionar o desenvolvimento da produção, trabalham de fato para a perpetuação da divisão hierárquica do trabalho e das relações de produção capitalistas. Isso é válido para os técnicos subalternos (cronometristas, verificadores, etc.) como para os engenheiros, técnicos superiores e outros dirigentes investidos de funções de comando e de controle. Seu papel, nas indústrias de mão-de-obra, é fazer com que mantenha a subordinação do trabalho vivo aos processos mecânicos (trabalho morto) e, portanto, ao capital. São eles aí os únicos detentores da qualificação técnica e intelectual que o processo de trabalho exige. Monopolizam essa qualificação e, assim, proibem-na aos operários. São portanto os agentes da desqualificação e da opressão do trabalho manual reduzido a ser apenas manual. Representam aos olhos do operário o conjunto de conhecimentos e de saber técnicos dos quais ele está privado, a separação entre trabalho intelectual e manual, entre concepção e execução. Gozam de importantes privilégios financeiros, sociais e culturais. São o inimigo mais próximo do operário. (Gorz, 1980b, 235-6)

E quando eles se revoltam contra a exploração que sofrem, “insurgem-se não *como* proletários, mas *contra* o fato de serem tratados como proletários”, lutam pela devolução de “alguns privilégios” que “gozavam antes de terem sido reduzidos à condição de assalariados” (Gorz, 1980b: 241).

Repetimos: as linhas de continuidade entre o fordismo e o toyotismo são mais densas e freqüentes do que fomos levados a crer. Esta continuidade é importante porque é justamente na tese oposta que se apóia uma boa parte dos estudos que tendem a afirmar que a reestruturação produtiva, ao romper com as práticas taylorizadas e substituí-las pelo trabalho flexível, teria superado a divisão entre o trabalho manual e o intelectual e/ou teria fundido, ou imbricado, o trabalho produtivo ao improdutivo, dissolvendo ou cancelando a distinção entre o proletariado e os setores assalariados. É esta hipótese da substituição do fordismo pelo toyotismo (com todas as diferenças conceituais e semânticas entre os autores) que possibilita a afirmação de que o esforço físico teria se convertido em esforço intelectual ou, então, que haveria, nos nossos dias, uma confluência entre a função social do trabalho manual com a do trabalho intelectual, que a ciência teria se convertido em força produtiva ou, ainda, que estaríamos adentrando a uma sociedade da informação, e que, ao fim e ao cabo, estaria cancelado o fundamento ontológico do proletariado como classe social.

O equívoco teórico de fundo da maioria dos autores é a concepção de que o desenvolvimento tecnológico é o momento predominante na passagem de um modo de produção a outro. Mera ilusão! Cada modo de produção produz as tecnologias que lhe são necessárias, de tal modo que antes de ser causa da passagem de um modo de produção a outro, o desenvolvimento tecnológico é portador da continuidade do modo de produção em que é gerado. O modo de se produzir o que se produz em cada momento da história traz embutido não apenas o patamar de relação do homem com a natureza, mas também o patamar alcançado no desenvolvimento das relações dos homens entre si. Uma sociedade de classes apenas gera a tecnologia que for compatível com o modo de controle do trabalho inerente ao seu modo de exploração dos trabalhadores. A tecnologia capitalista produz apenas mais e mais capitalismo, dela não decorre nem um novo modo de produção nem altera essencialmente as classes sociais fundamentais do modo de produção capitalista.<sup>17</sup>

## TRABALHO E AS CATEGORIAS MARXIANAS DE TRABALHO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

São cada dia maiores as evidências de que o capitalismo continua capitalismo, o trabalho continua trabalho.

<sup>17</sup> Ao leitor interessado, Lessa, 2007a, Capítulo VIII. Além disso, Lukács, 1981a, Romero, 2005, Kumar, 1997 e Aguiar, 2005.

Isso, contudo, não resolve a questão decisiva: Qual o impacto da evolução tecnológica sobre as classes sociais? Esse impacto teria cancelado, diminuído ou alterado a relação entre o proletariado e os demais assalariados? O que seriam, hoje, o trabalho produtivo e improdutivo, qual seria, hoje, a relação entre o trabalho e o trabalho abstrato? Entramos, com isto, no coração do problema.

Em *O Capital* Marx delimita, sem firulas, o trabalho como intercâmbio orgânico com a natureza. O trabalho é “um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (Marx, 1983: 149). Enquanto a própria natureza regula a relação dos animais com o meio ambiente, pelo trabalho é o homem que “medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. A história humana é o desenvolvimento das formações sociais que surgiram predominantemente (portanto, não apenas) valendo-se das novas possibilidades e necessidades surgidas no sempre mutável “intercâmbio orgânico” com a natureza. Esta situação resulta em algo radicalmente novo se comparado com a natureza: uma nova forma de ser que requer, para sua mera existência, uma “constelação de complexos”, como diria Lukács (linguagem, trabalho, arte, religião etc.), que o distingue ontologicamente do ser natural e que, sobretudo, não pode ser derivado dela.

Diferente do que ocorre na relação da “melhor abelha” com seu ambiente, continua Marx, o homem ao converter a natureza nos meios de produção e meios de subsistência, não apenas a transforma, mas “ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza” de ser social. E isto apenas é possível porque o ser humano transforma a natureza segundo “seu objetivo”, sua finalidade. Esta finalidade dirige a sua ação de modo determinante e, a ela, ele tem de “subordinar a sua vontade”. Todavia, isto não significa que podemos fazer dela o que quisermos, que possamos inserir na “matéria natural” qualquer “objetivo”: para que a transformação seja possível é imprescindível que “desenvolv[a] as potências nela [na natureza] adormecidas e sujeit[e] o jogo de suas forças [as forças da natureza] a seu próprio domínio”. Só podemos converter a natureza nos bens indispensáveis à reprodução social se “desenvolvermos as potências” do ser natural, se sujeitarmos “o jogo de suas forças” ao nosso “domínio” (Marx, 1983: 150). Os humanos modificam a natureza segundo suas finalidades desde que tais transformações sejam compatíveis com as determinações ontológicas do mundo objetivo.

Definido o trabalho como “processo entre homem e natureza” (Marx, 1983: 105), condição “eterna” da vida social (Marx, 1983: 153), o objeto do trabalho não poderia ser outro senão a natureza ou, então, a natureza transformada, a “matéria-prima” (Marx, 1983: 150). Pela mesma razão, os meios de trabalho são “coisas” ou

“complexo de coisas” que possuem “propriedades mecânicas, físicas, químicas”, ou seja, pertencem ao mundo natural. Além dos meios de trabalho dados diretamente pela natureza (pedra, madeira, conchas, além da própria terra) há aqueles outros que, como os “edifícios de trabalho, canais, estradas, etc.,” são “já mediados pelo trabalho” (Marx, 1983: 151). Tanto em um caso, como no outro, os meios de trabalho são objetos diretamente naturais ou, então, natureza transformada pelo trabalho. Logo a seguir, Marx (1983: 151 e 151n6) afirma que os meios e objeto de trabalho são “meios de produção”: “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista do seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção e o trabalho mesmo como trabalho produtivo”.

Meios de produção, portanto, são o conjunto dos meios e objetos do trabalho. Tanto um como o outro, como vimos, são ou diretamente natureza (terra, pedra, concha, madeira etc.), ou então natureza transformada pelo trabalho (prédios, canais etc.). Não há, portanto, qualquer possibilidade de, em Marx, o conhecimento comparecer como meio de produção – e isto, repetimos, direta e imediatamente, porque para Marx o trabalho é o intercâmbio orgânico homem/natureza. O que vale dizer que no serviço social, na medicina, na educação, na produção artística não temos a presença de meios de trabalho nem sequer de meios de produção.<sup>18</sup> Como diria bem mais tarde Lukács, o trabalho é uma posição teleológica primária, isto é, tem por objeto a natureza; todos os outros atos humanos são posições teleológicas secundárias, isto é, têm por finalidade a transformação de relações, de complexos sociais.<sup>19</sup>

Essas linhas de Marx contêm, ainda, uma outra indicação importante. Lembremos que, “ao atuar (...) sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele [o ser humano] modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. E que, ao “atuar sobre a natureza”, ele “realiza (...) na matéria natural seu objetivo”, sendo para isso imprescindível que subordine à finalidade que procura realizar na natureza, não apenas “o esforço dos órgãos que trabalham”,<sup>20</sup> mas também sua “vontade”, sua

<sup>18</sup> Para uma visão distinta, conferir Marilda Yamamoto (1998). Comentamos esse texto em Lessa (2007a).

<sup>19</sup> Sobre as posições teleológicas primárias e secundárias, conferir Lukács (1981b: 55-57, 63, 78, 91, 127, 155, 337-340, 455, 464-466, 490-492). Além do texto de Lukács, há comentários importantes em Vaisman (1989) e Costa (1999).

<sup>20</sup> Pouco antes Marx afirma que o ser humano “põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (Marx, 1983: 149). Sobre a relação entre trabalho e conhecimento, cf. Lessa (2002).

subjetividade. Nessa medida, em uma feliz expressão de Sergio Henriques, o trabalho “instaura, já na vida cotidiana, um enfrentamento direto entre o homem e o mundo objetivo” (Henriques, 1978: 28). Uma das conseqüências ontológicas decisivas desse enfrentamento é o processo de conhecimento. Sendo mais do que sintético: o processo de transformação do real (objetivação) possibilita que nossa concepção sobre o mundo passe por um teste prático. Sua maior ou menor proximidade com as determinações do mundo exterior pode ser verificada pelo maior ou menor sucesso da previsão que fizemos de como o mundo iria se comportar diante de nossa ação. Desse modo, ao longo da história, a humanidade é capaz de refletir na consciência, numa aproximação infundável,<sup>21</sup> as determinações do mundo tal como ele existe em si mesmo. É daqui que, com o tempo, desenvolveram-se complexos como a filosofia e a ciência.

Sumariando com as palavras de Marx,

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores. O homem e seu trabalho, de um lado, a Natureza e suas matérias, do outro, bastavam. (Marx, 1983: 153)

## TRABALHO E TRABALHO ABSTRATO

Se o trabalho “não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob o seu controle” ele “deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada” (Marx, 1983: 149). Mas, apenas “de início”. Em seguida as “formas sociais determinadas” devem adentrar à análise. É assim que, logo após as passagens que citamos, Marx em uma nota de rodapé introduz o trabalho abstrato. Diz ele na nota:

Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho [o intercâmbio orgânico com a natureza], não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista. (Marx, 1983: 151)

<sup>21</sup> Como a objetividade e a consciência estão sempre evoluindo, jamais é possível um conhecimento absoluto da realidade, não há possibilidade da identidade sujeito-objeto: o problema do conhecimento absoluto é uma falsa questão.

Essa observação é tão fundamental a Marx que ele, literalmente, a retoma no Capítulo XIV:

O processo de trabalho foi considerado primeiramente em abstrato (ver capítulo V), independente de suas formas históricas, como processo entre homem e Natureza. Disse-se aí: 'Considerando-se o processo inteiro de trabalho do ponto de vista de seu resultado, então aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo'. E na nota 7 foi complementado: 'Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista.' Isso é para ser mais desenvolvido aqui. (Marx, 1983: 105)

O desenvolvimento da tese da insuficiência para a crítica do capitalismo do conceito universal, simples, de trabalho (tal como delineado por Marx no Capítulo V) se inicia por estas palavras:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. (...) Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. (Marx, 1983: 105)

Em outras palavras, a análise do trabalho, eterna condição da existência humana, realizada no Capítulo V, não considerava a divisão social do trabalho. Todavia, com a sociedade de classes surge e se desenvolve a divisão social do trabalho e o trabalho manual e o intelectual, antes interligados no sistema natural cabeça e mão, separam-se até se oporem como inimigos. Nessa nova situação,

O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho. Com o caráter cooperativo do próprio processo de trabalho amplia-se, portanto, necessariamente o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, do trabalhador produtivo. Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra; basta ser órgão do trabalhador coletivo, executando qualquer uma de suas subfunções. (Marx, 1983: 105)

Marx, nessa passagem, dá dois passos decisivos. O primeiro: introduz o 'trabalhador coletivo'. O segundo: como o 'caráter cooperativo' do trabalho leva mais funções a serem produtivas, então o 'conceito de trabalho produtivo' deve ser ampliado. Marx (1983: 105) prossegue:

A determinação original (...) de trabalho produtivo, [aquela do Capítulo V] derivada da própria natureza da produção material, permanece sempre verdadeira para o trabalhador coletivo, considerado como totalidade (*als Gesamtheit*).<sup>22</sup> Mas ela já não é válida para cada um de seus membros, tomados isoladamente.

Na sociedade capitalista cabe ao trabalhador coletivo o controle do metabolismo com a natureza, cabe a ele exercer a função social de converter a natureza nos bens indispensáveis à reprodução social. Contudo, se isto é válido para o ‘trabalhador coletivo’ ‘considerado como’ totalidade, ‘já’ não o é ‘para cada um de seus membros, tomados isoladamente’. Há, portanto, no interior do trabalhador coletivo, uma divisão social do trabalho que decompõe em operações mais simples a produção de bens pela transformação da natureza. Por isso, ‘Para trabalhar produtivamente, já não é necessário, agora, pôr pessoalmente a mão na obra’.

A determinação original do trabalho – o intercâmbio orgânico com a natureza – se dá sob a regência do capital pela mediação do trabalho abstrato. O trabalhador do passado, nas novas condições históricas, assume a forma do trabalhador coletivo. Devemos, por isso, examinar melhor a relação entre o trabalho e o trabalho abstrato para, em seguida, retornarmos ao trabalhador coletivo.

### TRABALHO E TRABALHO ABSTRATO PRODUTIVO E IMPRODUTIVO

Como vimos, com o capitalismo ‘amplia-se’ o conceito de trabalho produtivo e de seu portador, o trabalhador produtivo. Tal ampliação, continua Marx, apenas é possível historicamente se concomitantemente ocorre o seu ‘estreitamento’:

Por outro lado, porém, o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (Marx, 1983: 105-106)

No contexto histórico em que surge o trabalhador coletivo, ocorre tanto a ampliação quanto o estreitamento do trabalho produtivo: é produtivo o trabalho e o trabalhador que produzem mais-valia. Dito de outro modo, o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista ampliou o trabalho produtivo porque a

<sup>22</sup> Esta é uma das pouquíssimas passagens da tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe nas quais, talvez, houvesse uma tradução mais precisa. Neste caso, ‘totalidade’ em vez de ‘coletividade’ nos parece uma alternativa melhor.

reprodução do capital inclui todas as práxis produtoras de mais-valia, sejam elas intercâmbio orgânico com a natureza ou não. E se estreita porque, diferente do trabalho que produzia ‘em geral’ todos os produtos necessários aos humanos, o trabalho produtivo produz apenas mais-valia. O trabalho produtivo do trabalhador coletivo é mais estreito que o trabalho eterna necessidade porque este produz em geral, ao passo que o trabalho produtivo produz apenas mais-valia. O trabalho produtivo, portanto, é essencialmente produção de mais-valia e, não produção em geral. E, concomitantemente, como é possível a produção de mais-valia fora do intercâmbio com a natureza,<sup>23</sup> então o conceito de trabalho produtivo se amplia. Esta é a primeira relação entre o trabalho e o trabalho abstrato: no último, como a razão de ser é a produção de mais-valia, o conceito de trabalho produtivo se amplia e se estreita. Ele não mais se identifica com o trabalho de intercâmbio orgânico com a natureza. Se toda transformação da natureza é produtiva, nem todo trabalho produtivo opera o intercâmbio orgânico com a natureza.<sup>24</sup>

Marx, com estas palavras, define com clareza o que distingue trabalho e trabalho produtivo. O trabalho é o controle do intercâmbio com a natureza, é a produção em geral dos valores de uso sem os quais não há vida humana possível e, por isso é “condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais” (Marx, 1983: 153).

O “trabalho produtivo”, por sua vez, “é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia (...) Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (Marx, 1983: 106).

E, para não deixar dúvidas: O conceito de trabalho produtivo encerra “uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar” (Marx, 1983: 106).

O trabalho é condição ‘eterna’ da vida social; o ‘trabalho produtivo’ é uma forma peculiar à sociedade capitalista.

<sup>23</sup> “Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha (*bearbeitet*) a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação.” (Marx, 1983: 105-106)

<sup>24</sup> Este é um campo aberto a enormes equívocos. Conferir, por exemplo, Poulantzas (1985), Lojkin (1995) e Nagel (1979).

## TRABALHO IMPRODUTIVO E SUA RELAÇÃO COM A REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Se o capital se reproduz pela produção de mais-valia, se esta é produzida pelo trabalho produtivo, porque o capitalismo necessita de trabalho improdutivo. Qual a função do trabalhador improdutivo na reprodução da sociedade burguesa?

O burguês que

extrai trabalho não-pago diretamente dos trabalhadores e o fixa em mercadorias, é, na verdade, o primeiro apropriador, mas, de modo algum, o último proprietário dessa mais-valia. Tem de dividi-la, mais tarde, com capitalistas que realizam outras funções na produção social como um todo, com o proprietário fundiário etc. A mais-valia divide-se, portanto, em diferentes partes. Suas frações cabem a categorias diferentes de pessoas e recebem formas diferentes, independentes umas das outras, tais como lucro, juro, ganho comercial, renda da terra etc. (Marx, 1983: 151)

Quando o capitalismo atinge sua maturidade, é mais lucrativo ao industrial se dedicar exclusivamente à produção, deixando a outros capitalistas o comércio e os bancos. Já que as mercadorias são vendidas pelo seu valor, resta aos comerciantes e banqueiros compartilharem com o industrial a mais-valia por ele diretamente expropriada dos proletários. O industrial repassa aos comerciantes suas mercadorias por um preço menor do que o valor real para que, ao serem vendidas pelo seu valor, garantam ao comerciante e aos banqueiros os seus lucros. Do mesmo modo, *mutatis mutandis*, com os bancos, os latifundiários e especuladores imobiliários. Todos estes setores econômicos, por sua vez, requerem trabalho assalariado. Tais trabalhadores assalariados não produzem mais-valia (são, portanto, improdutivos). Eles recebem os seus salários de parcela da mais-valia transferida ao seu padrão pela burguesia industrial.

Temos aqui, uma primeira esfera de trabalhadores improdutivos: eles atuam no comércio, nos bancos e nas atividades que se apropriam da renda da terra e são fundamentais para converter a mercadoria em dinheiro, algo imprescindível à reprodução do capital.

Mas, há ainda, mais dois setores de trabalhadores improdutivos. 1) Os funcionários públicos. Eles não geram qualquer mais-valia, todavia são fundamentais no ordenamento, organização e estruturação dos mecanismos de controle, vigilância e supervisão imprescindíveis à manutenção do trabalho abstrato. 2) Um segundo setor atua na administração dos negócios do burguês, seja ele a indústria, o banco ou o comércio: engenheiros, contadores, administradores de pessoal, gerentes de todos os tipos, executivos, profissionais de marketing, numa lista quase infinita de profissões e suas variações.

Em poucas palavras, a mesma divisão social do trabalho que está na origem da ‘oposição como inimigos’ do trabalho intelectual com o manual, que está na base do trabalhador coletivo – essa mesma divisão do trabalho requer a atuação dos trabalhadores improdutivos. Por isso os trabalhadores improdutivos são imprescindíveis à reprodução do capital.

### TRABALHADOR COLETIVO. QUAIS SÃO SUAS ‘SUBFUNÇÕES’? QUAL A AMPLITUDE DO ‘MAIS PERTO OU MAIS DISTANTE’?

Vimos que, se o trabalhador produtivo é aquele que produz mais-valia, o trabalhador improdutivo é, imediatamente, aquele que não produz mais-valia. Há trabalhadores improdutivos naqueles setores econômicos que acumulam a mais-valia produzida no intercâmbio orgânico com a natureza, no campo e na cidade: os bancos, o comércio etc. Há também trabalho improdutivo em alguns serviços, como o Estado. Mas há também trabalhadores improdutivos cuja função é o controle direto do trabalhador coletivo. O exame de sua função social nos permitirá delimitar o escopo do trabalhador coletivo; permite-nos precisar o conteúdo da expressão de Marx ‘mais perto ou mais distante da manipulação do objeto de trabalho’.

No “processo de trabalho” encontramos “uma espécie particular de trabalhadores assalariados” que “comandam em nome do capital”, aqueles que exercem as funções de controle. Tal controle – “comando do capital” – “converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção” (Marx, 1983: 262-263).

Dado o inevitável antagonismo entre capital e trabalho, e dado que, “com a [maior] massa dos trabalhadores ocupados[,] ao mesmo tempo cresce também sua resistência e com isso necessariamente a pressão do capital para superar essa resistência” e, levando-se ainda em consideração que, “com o [maior] volume dos meios de produção (...) cresce a necessidade do controle sobre sua adequada utilização”, há uma crescente necessidade por controle e do pessoal especializado que o executa (Marx, 1983: 262). Surge assim “uma disciplina de caserna, que evolui para um regime fabril completo” – o que implica, e ao mesmo tempo, requer – “a divisão dos trabalhadores em trabalhadores manuais e supervisores do trabalho, em soldados rasos e suboficiais da indústria” (Marx, 1983: 44).

É sob esse “despotismo” (Marx, 1983: 263) que o capital se apropria da maior produtividade resultante da “cooperação” no trabalho. E a força coletiva gerada pela “cooperação” imposta pelo capital faz surgir uma potência produtiva que,

imediatamente, parece ser potência do capital e não do trabalho – e o burguês se apropria desse acréscimo da produtividade sem pagar ao trabalhador a mais por ele (Marx, 1983: 263, 120).

Marx continua poucas linhas depois:

esse despotismo desenvolve suas formas peculiares. Como o capitalista, de início, é libertado do trabalho manual, tão logo seu capital tenha atingido aquela grandeza mínima com a qual a produção verdadeiramente capitalista apenas começa, assim ele transfere agora a função de supervisão direta e contínua do trabalhador individual ou de grupos de trabalhadores a uma espécie particular de trabalhadores assalariados. (Marx, 1983: 263-264)

Esta “espécie particular de trabalhadores assalariados”<sup>25</sup> é comparada com a hierarquia militar e assim caracterizada:

Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, *managers*) e suboficiais (capatazes, *foremen*, *overlookers*, *contre-mâtres*) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva. (Marx, 1983: 263-264)<sup>26</sup>

Enquanto o trabalhador coletivo (em sua totalidade) tem por função a manipulação do objeto de trabalho, isto é, a transformação da natureza,<sup>27</sup> os superintendentes (para continuar com a expressão de Marx) têm por função o controle imediato e direto das pessoas e são uma espécie particular de assalariados porque cumprem uma função exclusiva: controle do trabalho para que o capital possa se reproduzir.

Marx também aponta outra camada de assalariados que exerce a função de controle:

O grupo articulado da manufatura é substituído [na fábrica automática] pela conexão do operário principal com alguns poucos auxiliares. A distinção essencial é entre

<sup>25</sup> E não apenas no chão-da-fábrica, como se costuma dizer, mas também no Estado. Marx faz seguidas referências a funcionários públicos encarregados da vigilância dos locais de trabalho (Marx 1983: 193, 201, p.ex).

<sup>26</sup> Na página anterior, lemos: “Essa função de dirigir, superintender e mediar torna-se uma função do capital, tão logo o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo. Como função específica do capital, a função de dirigir assume características específicas” (Marx, 1983: 263).

<sup>27</sup> Já vimos que o objeto de trabalho é necessariamente a natureza porque, em Marx, o trabalho é o intercâmbio orgânico com a natureza.

trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas (adicionam-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina-motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se mais ou menos todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com material de trabalho). Ao lado dessas classes principais, surge um pessoal numericamente insignificante que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação, como engenheiros, mecânicos, marceneiros etc. É uma classe mais elevada de trabalhadores, em parte com formação científica, em parte artesanal, externa ao círculo de operários de fábrica e só agregada a eles. (Marx, 1985: 42)

As duas classes principais são compostas, por um lado, pelos ‘trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas-ferramentas’ e ‘meros ajudantes’ (que incluem os *feeders*) e, ao lado deles, surge um pessoal ‘extern[o] ao círculo de proletários de fábrica e só agregad[o] a eles’ ‘que se ocupa com o controle do conjunto da maquinaria e com sua constante reparação’. Esta é a distinção essencial: o ‘controle’ e a ‘constante reparação’ da ‘maquinaria’ é uma atividade externa aos proletários e função específica de ‘trabalhadores’ ‘de uma classe mais elevada’ e ‘externa’ aos ‘operários de fábrica’. Na época de Marx, o mecânico e o marceneiro, junto com o engenheiro, não faziam parte dos operários de fábrica. E a razão disto é que, se o engenheiro se insere na estrutura produtiva de forma diferenciada do proletariado porque realiza as ações de ‘controle’ que exigem uma ‘formação científica’, algo análogo ocorria no século XIX com o marceneiro e o mecânico, todavia por uma razão inteiramente diversa: suas atividades eram ainda ‘em parte artesanal’. O engenheiro, por sua função de controle e formação científica, o marceneiro e o mecânico, por seu caráter artesanal, estão fora do círculo dos operários de fábrica. O desenvolvimento do capitalismo terminou removendo a posição ‘mais elevada’ do mecânico e do marceneiro. Mas não removeu desta posição superior o engenheiro, que continua a exercer a função de controle, de superintendência (para recuperar a expressão de Marx). Na cooperação imposta pelo capital ao trabalho, as atividades de controle não apenas incluem a superintendência e a supervisão, como todas as atividades de manutenção e de concepção, como a do engenheiro. Eles são “uma espécie particular de trabalhadores assalariados” (Marx, 1983: 263-264), uma “classe mais elevada de trabalhadores (...) externa ao círculo dos operários de fábrica” (Marx, 1985: 42).

Em uma outra passagem Marx volta ao mesmo tema. Lembremos que, no texto que já analisamos do início do Capítulo XIV, ele menciona que o trabalhador coletivo é concomitante à separação do trabalho intelectual e do trabalho manual

até se oporem como ‘inimigos’.<sup>28</sup> O trabalhador coletivo é fruto de um certo patamar de desenvolvimento da divisão social do trabalho que possui, como uma sua determinação ontológica, o controle do trabalho manual pelo intelectual. O trabalho intelectual é a expressão da dominação de classe do trabalho manual. O trabalhador intelectual, portanto (tal como o engenheiro anteriormente mencionado) não faz parte dos operários de fábrica.

Outro elemento da delimitação do escopo do trabalhador coletivo pode ser encontrado na discussão por Marx das principais fases do desenvolvimento da cooperação imposta pelo capital. No início o desenvolvimento da produção capitalista se deu pelo simples aumento do número de trabalhadores envolvidos. O dobro de trabalhadores significava o dobro da produção. “A oficina do mestre-artesão é apenas ampliada” (Marx, 1983: 257).

Com o desenvolvimento do capitalismo, “uma parte dos meios de produção” passa a ser “agora consumida em comum no processo de trabalho” (Marx, 1983: 259). Como a utilização em comum dos meios de trabalho implica menores investimentos por parte dos capitalistas, o efeito imediato é a diminuição do valor das mercadorias (Marx, 1983: 259). Com duas conseqüências: caindo o valor das mercadorias, abaixa “o valor da força de trabalho” e eleva a taxa de mais-valia (Marx, 1983: 259). E a segunda, como já mencionamos, é a apropriação pelo capital do aumento da capacidade produtiva do trabalho sem pagar um centavo a mais ao trabalhador. “Não se trata aqui apenas do aumento da força produtiva individual por meio da cooperação, mas da criação de uma força produtiva que tem de ser, em si e para si, uma força de massas” (Marx, 1983: 260).

Embora muitos executem simultânea e conjuntamente o mesmo ou algo semelhante, o trabalho individual de cada um pode ainda assim representar, como parte do trabalho coletivo (*Gesamtarbeit*),<sup>29</sup> diferentes fases do próprio processo de trabalho, as

<sup>28</sup> O texto de Marx (1985: 105): “Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam (...) O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem a atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos. O produto transforma-se, sobretudo, do produto direto do produtor individual em social, em produto comum de um trabalhador coletivo, isto é, de um pessoal combinado de trabalho, cujos membros se encontram mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho.”

<sup>29</sup> Os tradutores optaram por ‘trabalho global’ e não por ‘trabalho coletivo’. Esta escolha não nos parece justificada, pois o texto refere-se, claramente, ao trabalhador coletivo no mesmo sentido da frase logo abaixo e do segundo parágrafo do Capítulo XIV (Marx, 1985: 105).

quais o objeto de trabalho percorre mais rapidamente em virtude da cooperação. Assim, por exemplo, quando pedreiros formam uma fila de mãos para levar tijolos do pé ao alto do andaime, cada um deles faz o mesmo, mas não obstante as operações individuais formam *partes contínuas de uma operação global* (*bilden die einzelnen Verrichtungen kontinuierliche Teile einer Gesamtverrichtung*), fases específicas, que cada tijolo tem de percorrer no processo de trabalho, e pelas quais, digamos, as 24 mãos do trabalhador coletivo (*Gesamtarbeiters*) o transportam mais rapidamente do que as duas mãos de cada trabalhador individual que subisse e descesse o andaime. O objeto de trabalho percorre o mesmo espaço em menos tempo. Por outro lado, ocorre combinação de trabalho quando, por exemplo, uma construção é iniciada, ao mesmo tempo, de vários lados, embora os que cooperam façam o mesmo ou algo da mesma espécie. A jornada de trabalho combinado de 144 horas, que ataca o objeto de trabalho espacialmente de vários lados, porque o trabalhador combinado ou trabalhador coletivo (*kombinierte Arbeiter oder Gesamtarbeiter*) possui olhos e mãos à frente e atrás e, até certo ponto, o dom da ubiqüidade, faz avançar o produto global mais rapidamente do que 12 jornadas de trabalho de 12 horas de trabalhadores mais ou menos isolados, obrigados a atacar sua obra mais unilateralmente. (Marx, 1983: 260; 1975: 346, grifos meus)

Na seqüência, Marx cita mais exemplos de trabalhador combinado ou trabalhador coletivo (tosquiar um rebanho de ovelhas, colher determinada área de trigo) e, no parágrafo subsequente, comenta:

Em comparação com uma soma igual de jornadas de trabalho isoladas individuais[,] a jornada de trabalho combinada (*kombinierte Arbeitstag*) produz maiores quantidades de valor de uso, diminuindo por isso o tempo de trabalho necessário para produzir determinado efeito útil. Se, conforme o caso, ela obtém essa força produtiva mais elevada por (...) *imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade* (*vieler den Stempel der Kontinuität und Vielseitigkeit aufdrückt*), ou por executar diversas operações ao mesmo tempo, ou por economizar os meios de produção mediante seu uso coletivo, ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio, em todas as circunstâncias a força produtiva específica da jornada de trabalho combinada é força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social (*kombinierten Arbeitstags gesellschaftliche Produktivkraft der Arbeit oder Produktivkraft gesellschaftlicher Arbeit*). Ela decorre da própria cooperação. Ao cooperar com outros de um modo planejado, o trabalhador se desfaz de suas limitações individuais e desenvolve a capacidade de sua espécie. (Marx, 1983: 261-262; 1975: 349, grifos meus)

Para o exame da heterogeneidade interna ao trabalhador coletivo ('mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho') é significativo que, em Marx, a força combinada do trabalhador coletivo, a 'força de massas' (Marx, 1983: 260), é

obtida, além de vários outros fatores, ao se “imprimir às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade”, e “as operações individuais forma[rem] partes contínuas de uma operação global”.

O trabalhador coletivo, como vimos anteriormente, é o conjunto de trabalhadores que, como ‘totalidade’,<sup>30</sup> cumpre a função social de, nas condições históricas da sociedade burguesa madura, converter a natureza nos meios de produção e de subsistência indispensáveis à reprodução social. A sua presença permite à burguesia se apoderar ‘gratuitamente’ do ganho de produtividade advinda do trabalho cooperativo imposto pelo capital aos trabalhadores. Por ser expressão de um elevado nível da divisão social do trabalho, o trabalhador coletivo contém em seu interior diferentes práxis, caracterizadas por Marx pela expressão ‘mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho’.

Podemos, agora, melhorar nossa compreensão desta caracterização marxiana do trabalhador coletivo, acrescentando que tal ‘multiplicidade’ de atividades ‘dos membros’ do trabalhador coletivo ‘tomados isoladamente’ (pela qual cada trabalhador se encontra ‘mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho’, lembremos) é marcada pelo ‘cunho da continuidade’ que possibilita às ‘operações individuais forma[rem] partes contínuas de uma operação global’. As diversas atividades são ordenadas em uma operação global e, nesta, a totalidade confere à atividade de cada membro tomado isoladamente, o cunho da continuidade. A multiplicidade é, portanto, caracterizada com precisão por Marx: é a multiplicidade de operações semelhantes que, articuladas pelo capital em um processo de trabalho específico, imprim[e] às operações semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiplicidade.

Por ‘mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho’ Marx tem em vista esta heterogeneidade, esta multiplicidade, das atividades que compõem o trabalhador coletivo. É uma multiplicidade, que se refere, em primeiro lugar, ao trabalho manual, à manipulação do objeto de trabalho. Em segundo lugar, podemos agora acrescentar, é uma multiplicidade marcada por uma continuidade fundamental: são partes contínuas de uma operação global.

A expressão ‘mais perto ou mais longe da manipulação do objeto de trabalho’ tem, portanto, no texto marxiano, uma amplitude muito precisa: inclui os atos que,

---

<sup>30</sup> Esta ‘totalidade’, lembremos, é dada pela cooperação imposta aos trabalhadores pelo capital. É importante este aspecto da questão porque os pequenos proprietários rurais e artesãos que não exploram outros trabalhadores, ainda que também operem o intercâmbio orgânico com a natureza, não fazem parte do trabalhador coletivo.

organizados na forma da cooperação, “sob o comando de um mesmo capital” (Marx, 1983: 263), possibilitam ao burguês se apropriar gratuitamente da produtividade da força de massas do trabalho coletivo. Tais atos exibem o cunho da continuidade entre operações semelhantes que cumprem a mesma função social: a manipulação do objeto de trabalho de modo a converter a natureza em meios de produção e de subsistência.

Desta heterogeneidade fazem parte os atos que transformam a natureza e aqueles outros dos

trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas ferramentas (adiciona-se a estes alguns trabalhadores para vigiar a ou então alimentar a máquina motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se quase todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com o material de trabalho). (Marx, 1985: 42)

Para que esta forma de cooperação dos trabalhadores seja possível, é historicamente imprescindível a ação de controle do trabalho intelectual, que assim adentra ao modo de cooperação capitalista<sup>31</sup> como inimigo mortal (para ficarmos com Engels) do trabalho manual.

Esta espécie particular de assalariados se afirma no contexto histórico da oposição como inimigos do trabalho manual e do trabalho intelectual e pode assumir as mais variadas formas, desde o sublocador da força de trabalho, só “interessado em estafar seus camaradas em seu próprio proveito” (Marx, 1985: 141, v. tb. 141-142), até os técnicos, engenheiros, administradores que se localizam no interior ou nas proximidades dos locais de trabalho, e também os inspetores do Estado encarregados da aplicação da legislação e fiscalização das condições de trabalho. Este corpo de ‘inimigos’ do trabalho manual é em si muito variado tanto nas suas funções específicas, como também no nível de seu rendimento e sua inserção social. Apesar destas enormes diferenças, importantes e com significativas diferenças na esfera político-ideológica, não podemos nos esquecer do fundamento ontológico que têm em comum: compartilham com a burguesia do fato de explorarem o trabalho proletário, mesmo que sua potência social não lhes permita senão fazê-lo indiretamente, ao contrário dos burgueses que o fazem de modo direto. “O homem

<sup>31</sup> Não queremos sugerir, com isso, que apenas no capitalismo o trabalho manual e o trabalho intelectual se oponham como inimigos de classe. Isso ocorre em todas as sociedades que se baseiam na exploração do homem pelo homem, o que não cancela as diferenças específicas desta oposição sob a regência do capital.

do saber e o trabalhador produtivo estão amplamente separados um do outro e a ciência, ao invés de nas mãos do trabalhador colocou-se contra ele em quase toda parte” (Marx, 1983: 284n67).

Um rápido sumário antes de avançarmos para a conclusão: em se tratando do trabalhador coletivo, até este ponto foi dito por Marx que: 1) é composto por trabalhadores produtivos; 2) como ‘totalidade’ exerce o intercâmbio orgânico com a natureza; 3) é composto pelos “trabalhadores que efetivamente estão ocupados com as máquinas ferramentas (adicione-se a estes alguns trabalhadores para vigiar ou então alimentar a máquina motriz) e meros ajudantes (quase exclusivamente crianças) desses trabalhadores de máquinas. Entre os ajudantes incluem-se quase todos os *feeders* (que apenas suprem as máquinas com o material de trabalho)” (Marx, 1985: 42); 4) apenas pode existir com a ‘oposição como inimigos’ do trabalho intelectual com o manual. É, também, a expressão histórica, sob o capitalismo, da “oposição como inimigos mortais” (Engels) entre o trabalho manual e o trabalho intelectual comum a todas as sociedades de classe.<sup>32</sup>

## E O PROLETARIADO?

Entre o trabalho (intercâmbio orgânico com a natureza) e o trabalho abstrato há, portanto, um complexo de relações. Tipicamente, toda transformação da natureza sob a regência do capital ocorre sob a forma do trabalho produtivo, ainda que nem todo trabalho produtivo opere o intercâmbio orgânico com a natureza (como no caso do mestre-escola). Sob a forma historicamente específica do capitalismo de ordenar o processo de trabalho, a relação direta com a natureza foi decomposta em operações mais simples, fazendo surgir assim o trabalhador coletivo. Todo tra-

<sup>32</sup> Em *O Processo Histórico do Trabalho em Saúde*, editado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, o texto de abertura da coletânea, “Conceitos Básicos Sobre o Trabalho” (Ramos, 2007), realiza uma operação intelectual muito característica do que ocorre também na educação e no serviço social quando se deseja identificá-los ao trabalho. Em primeiro lugar, desconsidera-se a oposição ‘como inimigos’ do trabalho intelectual e do trabalho manual; em seguida cancela-se a ‘continuidade’ existente entre as atividades que compõem o trabalhador coletivo e, fundamentalmente, cancela-se a função social do trabalhador coletivo ‘como totalidade’: a produção de meios de produção e subsistência pela transformação da natureza. Algo muito semelhante pode ser encontrado, por exemplo, em Iamamoto (1998) e Saviani (2000). Por essa via o texto mencionado amplia o trabalhador coletivo quase até o infinito e, então, as profissões ligadas à medicina podem ser classificadas como ‘trabalho’. O preço que se paga é elevado: o trabalho não mais pode ser a categoria fundante do ser social, pois quase tudo agora é trabalho. E, na seqüência, perde-se a peculiaridade de classe do operariado e, assim, perde-se também a precisa delimitação do sujeito revolucionário.

balhador coletivo é, portanto, um trabalhador produtivo, ainda que nem todo trabalhador produtivo seja parte do trabalhador coletivo. Tal como ocorre em todas as sociedades de classe, também no capitalismo temos a oposição ‘como inimigos’ entre os que controlam a produção e aqueles que produzem. No capitalismo, esta oposição é o fundamento para que os engenheiros, administradores, supervisores etc. não façam parte do trabalhador coletivo. E como eles não produzem mais-valia, são todos eles trabalhadores improdutivos.

Por fim, temos também um complexo muito heterogêneo de atividades que são imprescindíveis para a reprodução do capital, ainda que não atuem na produção de mais-valia nem na transformação da natureza. Referimo-nos aos serviços prestados pelo instrumento especial de repressão dos trabalhadores que é o Estado e, também, ao comércio, aos bancos e atividades que se apropriam da renda da terra. Como vimos, há enormes diferenças entre eles, todavia compartilham do fato de que não produzem mais-valia e são, por isso, trabalho improdutivo.

O que, nesse complexo de relações, particularizaria o proletariado é o fato de ser ele o responsável (em sua ‘totalidade’, lembremos) pela transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência–, transformação essa que, como vimos, é fundante do ser social em geral (o trabalho como categoria fundante do mundo dos homens) e de cada formação social em particular (o trabalho escravo funda o escravismo, o servil o feudalismo, o trabalho proletário o capitalismo, o trabalho associado o comunismo etc.). Essa posição muito especial e particular do proletariado na reprodução do capital se manifesta, mais imediatamente, em quatro aspectos que analisaremos rapidamente:

1) O trabalho proletário, ao converter a natureza (ou a matéria-prima), produz um novo *quantum* de riqueza. O tempo de trabalho “cristalizado” (Marx, 1983: 48) no corpo da nova mercadoria significa que um novo “conteúdo material” de riqueza foi gerado e que a sociedade teve acrescida, ao montante da riqueza social já existente, uma nova parcela. Capital foi “produzido”. Ao transformar a natureza em mercadorias o proletário produz, além de mais-valia, também um acréscimo na riqueza social total. Ao seu final temos um novo *quantum* de capital que se acumula em uma “coisa” (*Ding*), “meios de trabalho” ou “meios de subsistência” (Marx, 1983: 164). E como esta riqueza social acrescida é apropriada pelo capitalista, o proletário ‘produz’ o ‘capital’. O trabalho proletário é um trabalho produtivo que produz um novo *quantum* de riqueza. Ao seu final, a sociedade possui  $x$  toneladas de ferro,  $y$  metros quadrados de prédios,  $z$  toneladas de trigo ou soja que não existiam antes.

Apenas na conversão da natureza a produção de mais-valia acresce a riqueza social total. Quando a produção da mais-valia ocorre fora do intercâmbio com a natureza (o mestre-escola), ela se dá pela transformação do dinheiro que está no bolso dos pais dos alunos em capital na conta bancária do burguês da ‘fábrica de ensinar’. Essa transferência é uma soma de resultado zero: o que os pais perderam, o burguês recebeu na outra ponta. E a mediação dessa troca é o serviço prestado pelo professor: a aula. Esta, como não é a transformação da natureza, resulta em um produto que já estará inteiramente consumido ao terminar a aula. Nenhum novo *quantum* foi acrescentado ao ‘capital social total’ – apenas foi concentrada na conta do burguês a riqueza que já existia distribuída entre os muitos pais de alunos. Houve uma concentração de riqueza nas mãos do capitalista sem que fosse gerado qualquer meio de produção ou de subsistência que agregasse, ao total da riqueza já existente na sociedade, um novo montante. Não houve, portanto, nenhuma produção de capital, mas apenas a sua ‘valorização’.

Por estas razões Marx afirma que “por ‘proletário’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’” (Marx, 1983: 188n70). O proletário cumpre uma dupla função: ‘produz a mais-valia e valoriza o capital’; o trabalhador produtivo não proletário cumpre apenas uma destas duas funções, a valorização do capital. Ele não ‘produz’, apenas serve à ‘autovalorização do capital’, como é o caso do professor na ‘fábrica de ensinar’. E os trabalhadores improdutivos nem valorizam nem produzem o capital. Esta é a primeira diferença importante entre o trabalho produtivo do proletário e o dos demais assalariados: toda riqueza é produzida pelo proletariado. Por isso, diz Marx, ele e apenas ele ‘produz’ o capital.

2) Só a mercadoria produzida pelo proletário no intercâmbio orgânico com a natureza pode servir de meio de acumulação do capital.

Para acumular, precisa-se transformar parte do mais-produto em capital. Mas, sem fazer milagres, só se podem transformar em capital coisas que são utilizáveis no processo de trabalho, isto é, meios de produção e, além destas, coisas com as quais o trabalhador pode manter-se, isto é, meios de subsistência. (Marx, 1983: 164)

Pode-se acumular um montante de capital em toneladas de ferro, prédios, barras de ouro ou estoques de carro. Contudo, não se pode acumular o capital sob a forma de tantas horas de aulas de um mestre-escola.

Esta diferença, por sua vez, é a expressão de um fato ontológico mais profundo: ao contrário do professor, o proletário realiza o intercâmbio orgânico com a natureza e, por isso, produz o ‘conteúdo material da riqueza’. O trabalho do

proletário resulta em um produto final que, além de valorizar, também produz o capital e pode, por isso, servir de meio para sua acumulação. O resultado do trabalho do mestre-escola, por seu lado, limita-se ao momento em que é objetivado e dele não resulta nenhuma “coisa” – *Ding* – (Marx, 1983: 46) que seja um ‘meio de produção ou meio de subsistência’. Por isso, do trabalho abstrato do mestre-escola não resulta qualquer produto final que possa servir de meio de acumulação. O mesmo pode ser dito do assistente social, da educação, das profissões da área da saúde e de outras tantas atividades assalariadas.

3) A terceira diferença significativa é a própria práxis dos proletários na comparação com a do restante dos assalariados. A começar pelo local até as respectivas funções sociais. Os métodos, técnicas, procedimentos, formação profissional requerida etc. são tão distintos que apenas por uma enorme e indevida abstração podemos chamar a todas as práxis de trabalho. Para ficarmos apenas com uma das distinções fundamentais que aqui estão presentes, lembremos da discussão anterior sobre os objetos de trabalho. Segundo Marx, apenas e tão-somente fazem parte do intercâmbio orgânico do homem com a natureza. Por isso estão presentes no trabalho proletário. As outras práxis interferem na reprodução de complexos sociais ao atuarem sobre relações puramente sociais (no sentido de se desdobrarem exclusivamente entre seres humanos). Por isso são práxis que não podem e não devem ser identificadas ao trabalho.

4) Argumentamos, até aqui, que entre os proletários e os outros assalariados há diferenças do ponto de vista de suas respectivas funções sociais. O proletariado opera o intercâmbio orgânico com a natureza, ‘produz’ o capital. Os outros assalariados, quando são produtivos, apenas o ‘valorizam’ pela conversão do dinheiro em capital (o mestre-escola). E, quando são improdutivos, transformam a mais-valia em dinheiro (comércio) ou organizam e controlam o processo de trabalho quer no interior das indústrias, quer como parte do Estado. Vimos que entre as posições teleológicas primárias dos proletários e as secundárias de todos os outros assalariados se interpõe uma vasta gama de diferenças no que diz respeito aos métodos, procedimentos, técnicas, resultados etc. Há ainda o fato de que apenas as mercadorias produzidas pelos proletários servem de meio de acumulação (acumula-se capital em prédios, ferro etc., mas não em horas de aula etc.). Relacionada a essas três distinções, há também uma diferenciação de classe.

As classes sociais se diferenciam e se determinam mutuamente pelas respectivas inserções na estrutura produtiva. Contudo, a relação entre esta determinação

material e a atuação das classes nos processos sociais é mediada, necessariamente, pela consciência dos indivíduos que as compõem. Neste sentido e medida, toda e qualquer determinação material recebe uma resposta por parte dos indivíduos – e das classes que eles formam – que tem na consciência e, portanto, no fator ideológico, uma mediação ineliminável. O ser histórico das classes, portanto, nem é apenas decorrente do lugar que ocupam na estrutura produtiva das sociedades, nem é apenas uma consequência da esfera ideológica. É uma síntese muito complexa das determinações materiais e ideológicas que consubstancia a ação real, efetiva, das classes sociais com base nas possibilidades e limites postos pela objetividade social a cada momento da história.

Nesta síntese entre as determinações objetivas e as determinações ideológicas no ser histórico-concreto das classes, cabe à base material o momento predominante. Se continuarmos com os exemplos de Marx, o proletário e o mestre-escola se distinguem também porque à medida que o primeiro vive da riqueza que ele próprio produz, o salário do mestre-escola tem sua origem na mais-valia produzida pelos proletários e distribuída entre os diferentes setores do capital (Marx, 1983: 151). A distinção ontológica de classe entre os professores e os proletários é que estes vivem da riqueza produzida por eles próprios, ao passo que os professores vivem da riqueza produzida pelos proletários, ainda que o façam indiretamente, pela mediação do Estado e/ou da burguesia.

Essa posição ambígua dos mestres-escolas – assim como a dos outros assalariados não-proletários – leva a ter contradições objetivas tanto com o proletariado como com a burguesia. Com a burguesia, porque são por ela explorados ao serem forçados a vender a sua força de trabalho; ou seja, por terem, tal como o proletariado, sua inserção social mais efetiva e rica, aquela mediada pelo trabalho, reduzida à mera mercadoria, a trabalho abstrato. Isto faz que haja uma efetiva e real aproximação destes setores assalariados com os interesses históricos do proletariado.

Por outro lado, estes setores assalariados não-proletários, entre eles os mestres-escolas, por terem na riqueza que a burguesia expropria dos proletários a fonte da sua propriedade privada e dos seus salários, possuem também uma forte ligação com a manutenção do capitalismo. Esta ligação com a ordem do capital se expressa, não apenas em sua posição social mais elevada, não apenas nos ‘privilégios’ da vida de explorados não-proletários, se comparada com o cotidiano proletário, mas também em seu apego ideológico à propriedade privada sempre que esta foi ameaçada pela luta de classe. Em linhas gerais, são personificações da oposição ‘como inimigos’ do trabalho manual e do trabalho intelectual e expressam, como mediações da

produção e realização da mais-valia, as próprias exigências da reprodução ampliada do capital.<sup>33</sup>

Os assalariados não-proletários possuem, portanto, identidades e contradições tanto com a burguesia como com o proletariado. Tal ambígua determinação material dos setores assalariados não-proletários decorre da sua inserção na estrutura produtiva. Sua função social, de um modo geral, é auxiliar na reprodução das relações sociais burguesas e, neste preciso sentido, tais setores atuam predominantemente como força auxiliar na reprodução do capital. Contudo, a ampliação das relações capitalistas a todos os poros da sociedade leva, de forma crescente, as profissões ditas liberais a serem convertidas em fonte de lucro – sejam incorporadas à valorização do capital, transformando advogados, médicos etc. em trabalhadores assalariados. Esta tendência marcante do desenvolvimento capitalista contemporâneo faz que aumentem as contradições reais, materiais, destes profissionais para com a burguesia. Contradições estas qualitativamente distintas das do proletariado, mas nem por isso desimportantes para o processo histórico.

Marx, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* define estes setores sociais como “classe de transição” – *Übergangsklasse* – (Marx, 1979: 229) em outros momentos, refere-se a eles como “pequena burguesia”. Para nossa investigação, não é decisivo qual a denominação mais adequada ou mesmo a delimitação mais precisa das fronteiras sociológicas dos assalariados não-proletários. O que a nós importa é que, para Marx, o fato de serem trabalhadores produtivos não anula o fato de entre o mestre-escola e o proletário haver diferenças de classe, diferenças estas que condensam as causas pelas quais o proletariado é a classe revolucionária por excelência: é a única classe que vive da riqueza produzida pelo seu trabalho. Suas condições de vida e trabalho não decorrem, nem direta nem indiretamente, da exploração de outra classe social. Diferente de todas as outras classes sociais, o proletariado nada tem a perder com a extinção da propriedade privada. E é a única que tem tudo a ganhar com a superação da exploração do homem pelo homem. Sumariamente: o proletariado, por ser a única classe rigorosamente não parasitária da sociedade capitalista, é “a classe cuja missão histórica é a derrubada do modo de produção capitalista e a abolição final das classes” (Marx, 1983: 18).

<sup>33</sup> João Bernardo (1997: 149-150) tem uma descrição interessante do caráter ambíguo, ‘de transição’ no dizer de Marx, destes assalariados não proletários.

## PROLETARIADO E REVOLUÇÃO

É com base nestas determinações mais gerais que se colocam as possibilidades de as classes serem influenciadas pela ação dos indivíduos, dos complexos ideológicos, das lutas políticas, dos partidos, enfim, pelas lutas de classe. Se as determinações materiais do proletariado ('produtor' do 'capital', do 'conteúdo material da riqueza') o fazem potencialmente capaz de ser o portador histórico do projeto de emancipação, a atualização desta possibilidade depende do desenvolvimento histórico em sua totalidade. Depende da ação dos indivíduos bem como da interação entre eles e as tendências históricas mais universais; está relacionada com o desenvolvimento das contradições materiais (crises, expansão econômica) e das interações com as lutas ideológicas que interferem na escolha de quais alternativas serão objetivadas etc.

É também a inserção material da burguesia que faz dela uma classe cujo potencial se circunscribe, depois de 1848, a agir como classe contra-revolucionária por excelência. Seu único projeto histórico, independente da forma ideológica e da aparência política que assuma no decorrer das lutas de classe, é a manutenção das alienações sempre pela afirmação de um patamar superior de valorização do próprio capital. Como a constituição da burguesia como classe contra-revolucionária é um processo histórico já realizado (diferente do que ocorre com a potencialidade revolucionária do proletariado), sua atuação limita-se a buscar novas formas de reprodução do capital que, como diz Mészáros, 'desloquem', sem nunca superar, as suas contradições decisivas (Mészáros, 2002).

De modo análogo operam as determinações materiais sobre os setores assalariados não-proletários. A sua heterogeneidade, qualitativamente maior que a dos proletários e burgueses, bem como a sua extensão no tecido social, faz que nunca se apresentem como um bloco político e ideologicamente homogêneo. Nos momentos em que o confronto entre a burguesia e o proletariado se acirra, a tendência é estes setores se dividirem entre o apoio à manutenção da propriedade privada burguesa e o apoio ao projeto socialista proletário. Em não poucos momentos da história a capacidade da burguesia ou dos revolucionários em atraírem para si o apoio político destes setores determinou o resultado dos embates. E, em futuros momentos de intensificação das lutas de classe, de que modo estes setores se repartirão entre a burguesia e o proletariado dependerá fundamentalmente da conjuntura, da luta político-ideológica e da interação dessas lutas com o desenvolvimento da crise revolucionária.<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Todas as revoluções conheceram deslocamentos político-ideológicos semelhantes, da Revolução Inglesa do século XVII à Guerra Civil Espanhola, passando pela Revolução Russa e as

Por outro lado, em momentos fortemente marcados pela contra-revolução, como o que vivemos, o refluxo das lutas de classe faz que a fisionomia ideológico-política das classes assalariadas se turvem. Hoje – mas lembremos que este quadro, pela pressão da crise em curso, pode se alterar rapidamente –, os proletários em sua maioria não se identificam com a emancipação da humanidade e estão fortemente polarizados pelas políticas reformistas. Para sermos breves, lutam pelo direito a serem explorados (o ‘direito ao emprego’) e não pela abolição do trabalho assalariado e do próprio capital.<sup>35</sup> Por sua vez, sem uma alternativa socialista, os setores assalariados não-proletários são cooptados pela ideologia e pelos projetos burgueses, sejam eles mais ou menos reformistas, mais ou menos conservadores. O resultado, todos conhecemos: as classes sociais não se comportam no plano ideológico e político de forma nitidamente diferenciada; pelo contrário, suas identidades políticas estão bastante confusas.

Isto não é uma novidade em se tratando da história; em outros momentos nos quais predominou a contra-revolução o mesmo fenômeno pôde ser observado. Contudo, tal como no passado, o momentâneo velamento político-ideológico das diferenças e contradições entre as classes sociais ‘não significa que desapareceram as suas contradições e os seus antagonismos objetivos’. Significa, apenas, que estas contradições e antagonismos se expressam, nas lutas de classe, na forma pouco nítida possível em um período histórico em que a vitória da burguesia é avassaladora. Uma vez mais, contudo, esta vitória avassaladora é ‘apenas’ uma vitória avassaladora. Ela não anula nem as contradições inerentes ao capital, nem diminui as desumanidades que o capitalismo necessariamente produz. Por mais avassaladora, a vitória do capital sobre o trabalho é apenas pontual, efêmera e prepara o cenário para a retomada das lutas de classe e em um novo patamar. Todas as crises revolucionárias sempre tiveram duas coisas em comum: foram precedidas por períodos contra-revolucionários e foram rigorosamente imprevisíveis.<sup>36</sup> O resultado delas,

---

Guerras de Libertação Nacional como a Revolução Chinesa e a Vietnamita. Muito úteis para uma primeira abordagem desta questão são dois clássicos: *A História da Revolução Russa*, de Leon Trotsky (1967) e *A História da Revolução Francesa* (Soboul, 1974).

<sup>35</sup> “Em vez do lema *conservador* de ‘Um salário justo por uma jornada de trabalho justa!’, [a classe operária] deverá inscrever na sua bandeira esta divisa *revolucionária*: ‘Abolição do sistema de trabalho assalariado!’” (Marx, 1977: 377-378).

<sup>36</sup> Para citar o que talvez seja o caso mais eloquente desta imprevisibilidade das crises revolucionárias: quando da Revolução de Fevereiro de 1917, a poucos dias da queda do czar, todos os agrupamentos revolucionários (bolcheviques inclusos) lançaram um manifesto conclamando os trabalhadores a suspenderem a greve com o argumento de que, naquela circunstância, a

contudo, dependerá também dos fatores subjetivos, ideológicos – novamente, tal como no passado.

Concluindo, duas observações. A primeira: estamos convencidos de que não há inconsistências em Marx quando se trata das categorias trabalho, trabalho abstrato, trabalhador coletivo e classes sociais. Elas, além de imprescindíveis, são suficientes para compreendermos o nosso presente. Estamos também convencidos de que a maior dificuldade na interpretação do texto de Marx não está no texto como tal, mas sim na necessidade de justificar o desaparecimento do proletariado (e, por extensão, do trabalho como categoria fundante do ser social) ‘a partir de Marx’. São estas dificuldades que fazem com que os mais variados autores contemporâneos, e das vertentes teóricas as mais variadas (Poulantzas, Lojkin, João Bernardo, Ricardo Antunes, Bottomore, Gurvitch) terminem, cada um a seu modo, encontrando em Marx inconsistências ou impropriedades – na maior parte das vezes pela contraposição entre os manuscritos e o texto de *O Capital* ou, então, desconsiderando passagens decisivas do texto publicado por Marx.

A segunda: a determinação do ser histórico-concreto das classes sociais em cada momento é sempre uma síntese das determinações materiais, que atuam como momento predominante, com determinações político-ideológicas. O caráter predominante das determinações materiais decorre do fato de ser a inserção na estrutura produtiva da sociedade que define o campo de possibilidades e necessidades historicamente aberto para a atuação das mediações ideológico-políticas na configuração histórico-concreta de cada classe em particular. O ser das classes, em cada momento da história, nem decorre direta e imediatamente das determinações materiais nem, por outro lado, estas determinações materiais são canceladas pelo fato de, como hoje, comparecerem de forma velada e travestida na consciência cotidiana.

O fato de proletários e assalariados não proletários não se distinguirem nitidamente, hoje, na esfera político-ideológica, não significa que suas diferenças ontológicas tenham desaparecido. As distinções entre eles apontadas por Marx continuam válidas e não autorizam a dissolução do conceito de proletário no conceito mais geral de trabalhadores. Entre os proletários e os trabalhadores temos uma única identidade: são todos eles assalariados, explorados pelo capital. E, concomitantemente, distinções que não devem ser menosprezadas, pois se referem às

---

derrota era inevitável e o prosseguimento da luta apenas facilitaria ao governo destruir a pouca organização revolucionária já existente.

distintas relações que mantêm com a produção da riqueza social: o proletariado é a classe revolucionária.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. V. Tecnologia e trabalho assalariado. In: COLÓQUIO MARX-ENGELS, 4, 2005, Campinas. *Anais...* Campinas: Unicamp-Cemarx, 2005.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Boitempo, 1999.
- BELLEVILLE, P. *Une Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: René Julliard, 1963.
- BERNARDO, J. *Marx contra Marx*. Porto: Afrontamento, Porto, v. 1 1997a, v. 2 1997b, v. 3 1977c.
- BRAGA, R. *A Nostalgia do Fordismo*. São Paulo: Xamã, 2003.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.
- BRITO, L. *Gestão de Competência, Gestão de Conhecimento e Organizações e Aprendizagem: instrumentos de apropriação pelo capital do saber do trabalhador*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005.
- CARVALHO, R. Q. *Tecnologia e Trabalho Industrial*. Porto Alegre: LP&M, 1987.
- CLAUDIN, F. La crisis teórica. In: CLAUDIN, F. *La Crisis del Movimiento Comunista*. Paris: Ruedo Ibérico, 1970.
- COSTA, G. *Trabalho e Serviço Social: debate sobre as concepções de serviço social como processo de trabalho com base na ontologia de George Lukács*, 1999. Dissertação de Mestrado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- DAVIS, M. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DRUCK, M. G. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica*. São Paulo, Salvador: Boitempo, Edufba, 1999.
- GORZ, A. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense, 1980a.
- GORZ, A. *Crítica da Divisão do Trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980b.
- GORZ, A. *Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica*. Trad. Ana Montoia. São Paulo: Annablume, 2003
- GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- HENRIQUES, L. S. *Notas sobre a Relação entre Ciência e Ontologia*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. (Temas 4)
- HIRATA, H. *Nova Divisão Sexual do Trabalho?* Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2002.

- HOWARD, A. Labour, history and sweatshops in the new global economy. In: ROSS, A. (Ed.) *No Sweat: fashion, free trade and the rights of garment workers*. London: Verso, 1999.
- IAMAMOTO, M. *O Serviço Social na Contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1998.
- KOLKO, G. *Century of War*. New York: The New Press, 1994.
- KRUPAT, K. From war zone to free trade zone. In: ROSS, A. (Ed.) *No Sweat: fashion, free trade and the rights of garment workers*. London: Verso, 1999.
- KUMAR, K. *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LEITE, M. P. *O Futuro do Trabalho*. São Paulo: Escrita, 1989.
- LESSA, S. Crítica ao praticismo ‘revolucionário’. *Práxis*, 4: 35-64, 1995a.
- LESSA, S. *Sociabilidade e Individuação*. Maceió: Edufal, 1995b.
- LESSA, S. Praticismo, alienação e individuação. *Práxis*, 8: 47-72, 1997.
- LESSA, S. *Mundo dos Homens*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LESSA, S. Trabalho, sociabilidade e individuação. *Trabalho, Educação e Saúde*, 4(2), 2006.
- LESSA, S. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007a.
- LESSA, S. A emancipação humana e a defesa dos direitos. *Serviço Social e Sociedade*, 90: 35-56, 2007b.
- LOJKINE, J. *A Revolução Informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, G. *Marx y el Problema de la Decadencia Ideológica*. Imprenta: Siglo XXI Editores, 1981a.
- LUKÁCS, G. *Per una Ontologia dell'Essere Sociale*. Ed. Rinuti, Roma. v. I, 1976, v. II, 1981b.
- LUKÁCS, G. Tecnologia y relaciones sociales. In: BUKHARIN, N. *Teoria del Materialismo Histórico*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1974.
- LYOTARD, J. F. *The Post-Modern Condition: a report on knowledge*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1984.
- MALLET, S. *La Nouvelle Classe Ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1963.
- MARCELINO, P. R. *A Logística da Precarização: terceirização do trabalho na Honda do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Lambert, 1969.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Ed. Sociais, 1979.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril Cultural, v. I (1983, Tomo I, 1985, Tomo II).
- MARX, K. *Salário, Preço e Lucro: textos*. 3. ed. São Paulo: Sociais, 1977.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

- MORT, J. 'They want to kill us for a little money.' In: ROSS, A. (Ed.) *No Sweat: fashion, free trade and the rights of garment workers*. London: Verso, 1999.
- NAGEL, J. *Trabalho Colectivo e Trabalho Improdutivo na Evolução do Pensamento Marxista*. Lisboa: Prelo, 1979.
- PIORE, M. & SABEL, C. *The Second Industrial Divide*. New York: Basic Books, 1984.
- POULANTZAS, N. *Classes in Contemporary Capitalism*. London: Verso, 1985.
- PRIEB, S. *O Trabalho à Beira do Abismo*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- RAMOS, M. N. 'Conceitos Básicos sobre trabalho.' In: FONSECA, F. A. & STAUFFER, A. B. (Orgs.) *O Processo Histórico do Trabalho em Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2007.
- ROBINS, K & WEBER, F. 'Information as capital: a critique of Daniel Bell.' In: SLACKE, J. D. & FEJES, F. (Orgs.) *The ideology of the information age*. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, Norwood, 1987.
- ROBINS, K & WEBER, F. *The technical fix: education, computers and industry*. Londres, Macmillian, 1989.
- ROMERO, D. *Marx e a Técnica*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- ROSS, A. (Ed.) *No Sweat-Fashion, Free Trade and the Rights of Garment Workers*. London, New York: Verso, 1999.
- SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica*. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SCHAFF, A. *A Sociedade Informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.
- ŠIK, O. *La Tercera Via*. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- SOBOUL, A. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Zahar. 1974.
- STEINER, A. & DEBRAY, L. *RAF: guerilla urbaine en Europe Occidentale*. Paris: Éditions L'Échappé, 2006.
- TAVARES, M. A. *Os Fios (In) Visíveis da Produção Capitalista*. São Paulo: Cortez, 2004.
- TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. Rio de Janeiro, Saga. 1967
- VAISMAN, E. *A Ideologia e sua Determinação Ontológica*. São Paulo: Ensaio, 1989.